

## 4

### Imigração boliviana em São Paulo: uma análise cartográfica

Para além das transformações sistêmicas, a dimensão microsocial não pode ser dissociada do fenômeno das migrações e dos movimentos sociais de imigrantes: componentes como a formação de redes de sociabilidade como facilitadoras e elemento de “acolhimento” das migrações e como a negociação intrafamiliar da/o protagonista do deslocamento são fundamentais para uma compreensão mais ampla. Seria uma falácia proclamar a exclusividade – ainda que lhe tenha sido concedida centralidade dentre os fatores que constroem massivamente pessoas a se deslocarem de seus países – de fatores macroestruturais enquanto as relações sociais que ocorrem a nível local estão cotidianamente a transformar tais dinâmicas.

*Contrary to the assertion that international labor migration is basically an outcome of economic decisions governed by the law of supply and demand, we will argue that the phenomenon is primarily social in nature. More than individualistic calculations of gain, it is the insertion of people into such networks which helps explain differential proclivities to move and the enduring character of migrant flows. Ties between specific sites of origin and destination are not exclusively economic, but also social as they depend on the continuing existence of supportive networks (PORTES, 1999: 612).*

Mais que deslocamentos em busca de melhores salários, a migração laboral deve ser conceitualizada como um processo de construção progressiva de redes. Estas conectam grupos e indivíduos distribuídos por diferentes lugares, e maximizam suas oportunidades econômicas e de inserção local. Migração laboral é, portanto, um dispositivo através do qual as/os trabalhadoras/es individuais e suas famílias utilizam para se adaptarem às oportunidades distribuídas de forma desigual no espaço. Assim, segundo Portes (1999: 614), as migrações possuem função dupla: para o capital é uma fonte de trabalho de custo mais baixo e abundante; para as/os migrantes, é um meio de sobrevivência e um veículo para a integração social e mobilidade econômica.

A Bolívia é um país predominantemente de emigração. Cerca de 20% da população boliviana encontra-se fora do país. Parte dessa população dirige-se ao Brasil. Desta parcela, 40% tem a cidade de São Paulo como destino. Segundo dados oficiais fornecidos pelo IBGE (2010), 18,8 mil encontram-se instalados/as na capital paulista. Este número aponta para uma superação, pela primeira vez, do grande e tradicional contingente de italianos/as e japoneses/as na cidade. Ainda assim, esse número dá indícios de ser bem superior. Segundo estimativas do Consulado da Bolívia, a população boliviana pode chegar a cerca de 350 mil somente em São Paulo, entre documentados/as e indocumentados/as.

Assim, a presença destes/as imigrantes passou a ser não somente visível, mas a compor o cotidiano da cidade. Isso se deve à quantidade crescente, ao processo de espalhamento pelos bairros periféricos da cidade e também devido à atenção que a mídia tem dado a fatos que envolvem esta população migrante. Encontrar bolivianos/as nas ruas, estações de metrô ou dentro de ônibus, há pouco tempo, era apenas uma realidade daqueles/as que vivem ou se dirigem ao centro da cidade. Hoje, as populações dos bairros, cada vez mais se surpreendem com bolivianos/as nas esquinas de suas casas ou fazendo compras na padaria de sempre: fazem parte, ainda que marginalmente, da cidade.

Identificar a sua presença é identificar, também, os lugares que ocupam socioterritorialmente na cidade e como a ocupação destes lugares influencia em suas relações de poder e possibilidades de alteração de suas condições.

Este é o exercício proposto pelo presente capítulo: busca compreender o universo do/a imigrante boliviano/a, que envolve as condições de vida na sociedade de origem e de destino, os locais que ocupam socioespacialmente enquanto imigrantes – bolivianos/as – latino-americanos/as – indígenas – mulheres na cidade de São Paulo, para que num segundo momento seja possível compreender como tal universo molda a significação, forma, objetivos e organização de suas lutas sociais.

## 4.1 A investida neoliberal na Bolívia

No cenário das estratégias neoliberais para o continente latino-americano daremos destaque aqui às especificidades do neoliberalismo boliviano. Seu estudo é central uma vez que são as condições degradantes de vida neste país que impulsionam, em primeira análise, o fluxo de imigrantes com destino a São Paulo. Tais condições são produto, para nossa linha argumentativa, das transformações econômicas provocadas pela investida neoliberal da década de 1980, principalmente.

A rigor, o neoliberalismo boliviano dá seus primeiros passos como herança revolucionária de 1952, evento que representa o marco da história contemporânea da Bolívia. Nos anos que precedem a Revolução de 1952, as condições objetivas para revoltas e para a própria revolução estavam dadas, e certo nível de consciência e organização, principalmente entre o proletariado mineiro, tornava-se evidente.

Seguindo o padrão econômico dos países latino-americano anteriormente evidenciado, a Bolívia também funda suas bases econômicas no terreno da produção e comercialização de matérias-primas e alimentos. Dentre suas principais atividades econômicas encontram-se: i. a extração de minerais metálicos – a Bolívia possui importantes e variados depósitos de estanho, prata, cobre, antimônio, zinco, ouro e enxofre; ii. extração e refino de minerais energéticos – petróleo e gás natural; iii. a produção e exportação de produtos agrícolas como arroz, folha de coca, banana, café, soja, cereais e cacau.

No contexto da sangrenta Guerra do Chaco, de 1932 a 1935, as forças armadas bolivianas desgastadas pela guerra e grande número de baixas (cerca de 60 mil bolivianos/as morreram durante o conflito) iniciam revoltas dentro do exército. Suas pautas possuíam um teor altamente nacionalista e anti-imperialista e visavam a defesa da soberania nacional por meio do controle nacional de todo o processo de comercialização de hidrocarbonetos. Nesse contexto, em 1936, sob o regime do general Davi Toro, é criada a *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB), empresa estatal responsável pela exploração, destilação e

venda do petróleo e seus derivados. Ainda nesse período, Toro cria o Ministério de Minas e Petróleo e nacionaliza as reservas da Standard Oil.

O que parecia caracterizar um período de medidas progressistas e de mudança dos rumos econômicos e sociais do no pré-guerra, revela-se devastador para diversos segmentos da sociedade boliviana. O presidente German Busch, sucessor de Davi Toro, que governa de 1937 a 1939 comete suicídio após fortes pressões das famílias detentoras do controle da extração e comercialização do estanho – Simón Patiño, Carlos Aramayo e Maurício Hoschild; e o major Gualberto Villaroel (1943-1946) seria enforcado em praça pública por uma multidão, após sua aproximação com os movimentos indígenas.

Este grupo de famílias, também conhecido como “rosca” detinha os privilégios que uma burguesia estruturada, se existisse, deteria. Sem essa burguesia, não havia um projeto forte a protagonizar, era o próprio Estado aquele que ocupava a posição da classe social impulsionadora de projetos e mudanças e, como se pode supor, servia aos interesses da classe dominante (PERICÁS, 2011: 111).

Para além dos trágicos acontecimentos políticos, uma série de problemas estruturais assolavam as classes mais baixas. Mais de 90% da população boliviana era de analfabetos/as, os/as quais não possuíam direitos políticos. A maioria absoluta da população vivia e trabalhava no campo, setor controlado por poucos latifundiários (92% das terras cultivadas estavam nas mãos de 6% da população rural e somente 2% das terras eram cultivadas) que utilizavam da exploração dessa mão-de-obra para a obtenção de altos lucros. Também compunham a maioria da população os/as indígenas. Estes/as perderam grande parte de suas terras aos latifundiários e produziam alimentos para o próprio sustento nas horas em que não se dedicavam ao trabalho servil.

A Bolívia, até 1952, era um país predominantemente rural, comum expressivo campesinato indígena. Formado etnicamente por quéchuas e aymarás, em sua maioria, a população da Bolívia também era formada por povos de origem guarani no sudeste do país. Esta nação poderia ser vista como um exemplo clássico do sistema latifundiário latino-americano. As maiores e melhores porções de terra eram controladas por *terratenientes* que obtinham mão-de-obra barata indígena mediante um sistema de câmbios, em que os camponeses recebiam pequenas parcelas de terra para trabalhar em troca de serviços aos latifundiários, serviços no mais das vezes sem contratos trabalhistas e sem pagamentos (PERICÁS, 2011).

Em geral, as/os indígenas bolivianas/os não costumavam provocar confrontos com suas/seus patroas/patrões, até porque revoltas eram dura e rapidamente suprimidas. Por outro lado, temos no proletariado mineiro o grupo politicamente mais consciente e organizado da Bolívia. Dadas as condições apresentadas, em 1941 nasce na Bolívia um movimento nacionalista e anti-imperialista robusto e protagonizado por um partido de composição ideológica contraditória (contava com membros/as que iam desde o fascismo até o socialismo), porém muito apoiado pelos/as mineiros/as e camponeses/as: o *Movimiento Nacionalista Revolucionário* (MNR). Inspirado pelo *Partido de Izquierda Revolucionária* (PIR), tinha com principais lideranças Victor Paz Estenssoro e Hernán Siles Suazo.

Victor Paz já havia se destacado à frente do MNR nas coalizões em que o partido apoiara os governos militares e, como candidato presidencial, venceu as eleições de 1951, surpreendendo os conservadores. A saída do então presidente Mamerto Urriola foi a de decretar um autogolpe, ignorando os resultados das urnas e entregando o governo a uma junta militar. Estava aceso o estopim para a revolução. Junto às forças militares nacionalistas, o MNR tentaria impor o resultado das urnas por meio de um contragolpe de Estado, que logo deu sinais de que seria sufocado pelas forças leais ao governo. Porém, de maneira inesperada, o golpe do MNR detonou uma série de rebeliões nos já agitados meios mineiros e camponeses, que, formando milícias armadas (com fuzis da Guerra do Chaco, ou mesmo interceptando carregamentos do exército), afluíram a La Paz em apoio aos nacionalistas. As principais cidades do país também assistiram a revoltas de sua população e, em 9 de abril de 1952, ao cabo de três dias de uma revolta que não previra, o MNR era alçado ao poder, com Victor Paz Estenssoro na presidência e Hernán Siles Suazo como vice (CÂMARA, 2007).

No poder, o MNR adota uma série de políticas que alterariam significativamente o quadro econômico e político vigente: destitui o exército, decreta a reforma agrária, estabelece o voto , estabelece o direito de voto para todos/as os/as indígenas; cria a *Central Obrera Boliviana* (COB). Ocorre a nacionalização das minas, passando-as para a administração da Corporação Mineira da Bolívia (COMIBOL). Porém, não tardaria para que as medidas do governo MNR-COB encontrassem seus limites.

O papel dos Estados Unidos torna-se evidente no declínio do poder do MNR e na gestação e consolidação do golpe de 64. Ao contrário do que se imagina, os Estados Unidos optam por apoiar e financiar empreitadas do MNR, com o objetivo de evitar insurgências comunistas. O partido, ao aceitar os financiamentos estadunidenses, perde apoio das massas. A revolução duraria até

1964, ano em que ocorre o golpe militar na Bolívia e que leva ao poder os generais René Barrientos e Alfredo Ovando Candia.

Apesar do discurso anti-imperialista, desde o início da revolução, e principalmente durante o governo de Siles Zuazo (1956-1960), a Bolívia recebeu gigantescos empréstimos dos Estados Unidos. A inflação atingiu níveis altíssimos, cresceu o desemprego no país, começou um processo de recomposição do exército regular e a dependência aos norte-americanos tornou-se cada vez maior. No segundo governo de Paz Estenssoro (1960-1964) ocorreu uma guinada para a direita no direcionamento político do país, apesar de o vice-presidente ser Juan Lechín. Com a cisão de Paz Estenssoro e Lechín, uma nova composição foi oficializada, tendo o general René Barrientos como candidato a vice-presidente nas eleições de 21 de maio de 1964. Sendo atacado, porém, por Zuazo e Lechín e, ao mesmo tempo, tendo que enfrentar uma greve geral dos mineiros e diversas revoltas populares, o presidente foi destituído no mesmo ano pelos generais Barrientos e Ovando Candia (PERICÁS, 2011: 116).

O período “ditatorial” boliviano foi marcado por distintas políticas que não seguiram, necessariamente, uma linha coerente ou contínua. Não houve, dessa forma, uma unidade política militar como ocorreu no Brasil e no Chile, por exemplo. Os governos militares na Bolívia engendraram distintos projetos políticos, caracterizando uma época de golpes e contragolpes, corrupção, revolução e repressão (GAMBARDELLA, 2010). Tal descontinuidade política refletiu no campo da economia.

Estiveram no poder René Barrientos entre 1964 e 1969, Juan José Torres em 1970, Hugo Banzer entre 1971 e 1979 e Luís García Meza entre 1980 e 1982. Durante todo o período militar, a política boliviana esteve dividida entre dois polos: o militar (como articuladores das facções empresariais) e a Central Obreira Boliviana (como centro unificador do/a nacional popular, obreiro/a, urbano/a e acampesino). Porém, essa polaridade se manifesta mais marcadamente no campo da política: economicamente ambos os polos compartilhavam um modelo de economia desenvolvimentista com um Estado produtivo e promotor da modernidade. *“En este sentido, es factible hablar de la existencia de una polaridad política atenuada com sujetos políticos corporatistas y no partidistas”*. (LINERA; LEÓN; MONJE, 2010: 12).

A exemplo da descontinuidade política e econômica do período militar, enquanto Juan José Torres adota um posicionamento claramente anti-imperialista e nacionalista, vindo a nacionalizar a Mina Matilde e Cola e Desmontes; a provocar a reposição salarial aos/às mineiros/as; a expulsar o Corpo de Paz Norte-

americano (presentes em território boliviano devido a pactos firmados no governo de René Barrientos); a aumentar o pressuposto direcionado às Universidades Bolivianas e a criar as Corporações de Desenvolvimento e o Banco do Estado, o contra-golpe de Banzer demonstra que sua política tomaria rumos distintos.

Hugo Banzer, na contramão de seu antecessor, decreta ilegalidade aos partidos políticos, proíbe a ação sindical, suspende todos os direitos civis e envia tropas aos centros mineiros para conter insurreições contra seu governo. A aparente estabilidade e prosperidade econômica de seus 7 (sete) anos de governo, causaria danos irreparáveis na sociedade boliviana, em sua base econômica e social. Além de ser caracterizado pelo período militar mais repressor da história da Bolívia, Banzer tomou medidas econômicas devastadoras para a classe trabalhadora – e.g. estabelece a desvalorização e o congelamento de salários – mas favoráveis às elites nacionais e internacionais, destinadas à inserção do país no capitalismo internacional e à “consequente” superação do atraso econômico.

Não obstante, é no período ulterior a 1982 que as tomadas de decisão no âmbito da economia assumem uma tendência genuinamente neoliberal e alinhada aos interesses do capitalismo internacional. Afinal, conforme explicitado, nos anos 80 a América Latina como um todo sofria ajustes estruturais em suas economias de acordo com as recomendações do FMI e Banco Mundial. Com a Bolívia não seria diferente.

O governo da UDP (Unidade Democrática e Popular), chefiado pelo primeiro presidente pós-regime militar, Hernán Siles Zuazo, tinha pretensões de levar adiante um projeto nacional-desenvolvimentista para o país, iniciado com a Revolução de 1952. Sem embargo, as condições não se apresentavam como as mais favoráveis. A redemocratização da Bolívia viria acompanhada de uma crise avassaladora.

A década de 1980, conhecida como a década perdida, representou para todo o continente a “crise da dívida”. Os empréstimos oferecidos pelo governo estadunidense e pelas instituições financeiras internacionais colocaram um desafio aos países latino-americanos: conter os gastos para o pagamento das dívidas em um momento de crise do petróleo (1979) onde a falta de liquidez no mercado internacional de dólares obrigaram os países centrais a cobrar os créditos concedidos (BORBA DE SÁ, 2010). Na Bolívia,

[...] além de encontrar as finanças públicas completamente comprometidas com o pagamento da dívida, o governo Zuazo também foi obrigado a lidar com uma herança de décadas de desvios de recursos públicos para poderosos grupos privados ligados, por exemplo, ao narcotráfico e ao agronegócio (FARTHING; KOHL, 2007).

O caos econômico estava instaurado. A direita aproveita-se da fragilidade política posta pelas 3.500 greves da COB em apenas três anos e passa a cobrar do governo o abandono da política nacionalista.

Assim como o Brasil, o país andino passou pelo processo classificado por Lourdes Sola (1993) como transição dual, ou seja, transformação econômica no sentido da liberalização, com transformação política no sentido da abertura política. Com apenas três semanas no cargo, o então presidente eleito, Victor Paz Estenssoro, lança o pacote de ajuste estrutural denominado *Nueva Política Económica* (NPE), que sustenta-se em três eixos: i. o choque inflacionário; ii. a liberalização interna e externa dos mercados; iii. reestruturação e diminuição do setor público – onda de privatizações. O nacional-desenvolvimentismo é descartado para dar lugar à economia de mercado.

A COMIBOL, mais importante empresa estatal de mineração, foi privatizada pela NPE e levou ao fechamento de parte de suas minas, bem como à demissão de cerca de 20 mil mineiros/as. O desmantelamento da COMIBOL afetou fortemente a base organizacional operária (COB). Os partidos políticos voltam a protagonizar a cena política, mas com a “particularidade de que os partidos políticos mais influentes compartilhavam um conjunto similar de crenças e propostas de transformação estatal e política (o chamado “modelo neoliberal”) (LINERA; LEÓN; MONJE, 2010: 13, tradução nossa).

*Desmantelada la base material de la izquierda sindical (COB), y en medio de la derrota política de la izquierda partidaria (UDP), el pensamiento conservador y de derechas, discursivamente presentado como renovador y progresista, ocupó monopólicamente el escenario de las representaciones legítimas del mundo. Fueron tiempos, década y media, donde los principios de representación y visión del mundo dominantes, aceptados por gobernantes y gobernados, estuvieron signados por la ideología del libre mercado, la creencia del papel desarrollista de la inversión extranjera y el cuoteo multipartidista como sinónimo de gobernabilidad (LINERA; LEÓN; MONJE, 2010: 13).*

A derrota do movimento operário e, portanto, de todos os setores que o haviam apoiado até o momento, significou o domínio do cenário político pelos

monopólios privados do discurso, da organização e da riqueza. A NPE orientaria a economia para o abandono do protecionismo alfandegário e das políticas de industrialização por substituição de importações. A Bolívia adentrava completamente no projeto neoliberal: o papel do Estado passava, de agora em diante, a tornar o ambiente atrativo para os investimentos estrangeiros.

O fim das medidas protecionistas teriam um impacto devastador para o setor industrial da Bolívia. Ainda que já operasse em ritmo lento, a forte concorrência internacional viria, praticamente, a estagná-lo e a redução salarial tornou-se inevitável. A abertura econômica também afetou o setor agrícola. Responsável pela produção de alimentos para abastecimento do mercado interno, sua quebra ocasionou o aumento dos preços dos alimentos e o desemprego massivo de camponeses/as. Sem fonte de renda no campo, inicia-se um processo de “esvaziamento do campo” e uma consequente concentração populacional na periferia dos grandes centros urbanos. Em 1988, a economia informal corresponde a 70% da economia urbana (FARTHING; KOHL, 2007).

Em suma, a “Bolívia sofreu um ajuste estrutural, iniciado em 1985, expressado em reformas econômicas, sociais e políticas, orientadas a promover uma economia de mercado, uma sociedade de *stakeholders* e um sistema político baseado na democracia liberal representativa” (CRESPO, 2002 apud BORBA DE SÁ, 2010).

A subida do empresário e Ministro de Finanças de Paz Estenssoro, Gonzalo Sánchez de Lozada (também conhecido como “Goni”), representou um segundo momento de aprofundamento do neoliberalismo no país. Ficou no poder por dois mandatos presidenciais e durante o primeiro período (1993-1997) provocou a implantação da política de privatizações no setor de hidrocarbonetos (o que fez da Petrobrás a maior investidora externa da Bolívia) e a assinatura de acordos com os EUA para a erradicação do plantio da coca (ocasionando uma série de movimentações no campo).

A implantação do *Plan de Todos*, em 1994, viria a reformular, drasticamente, os sistemas judicial, educacional e previdenciário do país andino. Incluía também a privatização das cinco maiores empresas estatais bolivianas, como a hidrocarbonífera *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB) e a realização de outra reforma agrária.

Com o respaldo o discurso sobre inclusão, cidadania, descentralização do poder político e o respeito à multiculturalidade, Gonzalo inova e conta com o apoio de grande parte da população indígena ao seu governo, pelo menos num primeiro momento. A escolha de Víctor Hugor Cárdenas, de origem indígena, bem como a promulgação da *Ley de Participación Popular* (LPP) completariam a cena. Sua estratégia política foi, há de se reconhecer, muito bem arquitetada.

No entanto, cientes da estratégia reservada a eles/as, de somente *incluir* os/as indígenas ao sistema caracterizadamente branco e mestiço ou até de *conter* que outros assuntos fossem retirados da pauta (como distribuição de riquezas), logo Cárdenas seria reconhecido como um traidor de seu povo. O discurso antes original e alentador passa a ser excludente (BORBA SÁ, 2007: 66).

A reforma agrária do governo Goni tem caráter marcadamente liberal, como era de se esperar. Cria em 1996 o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA) para levar a cabo a reforma nas áreas não contempladas por aquela resultante da revolução de 1952: nas planícies amazônicas, chaco e no departamento de Santa Cruz, locais de grande concentração de terra.

A lei que institui o INRA dispõe sobre a proteção do campesinato e das terras indígenas provendo, simultaneamente, a criação de um ambiente favorável e “eficiente” para o mercado (KOHL; FARTHING, 2007: 92). Porém, é longo o caminho a ser percorrido para que a lei corresponda à realidade de fato. A sua aplicação não significou uma garantia automática dos direitos ali dispostos; tampouco o significou com o passar do tempo. Ao contrário, muitos/as latifúndios improdutivos foram beneficiados pela lei, os/as proprietários/as só teriam suas terras expropriadas se eles/as mesmos/as as abandonassem, fazendo da improdutividade mero detalhe. Ao final, os resultados da reforma foram insatisfatórios. A distribuição de terras foi pouco significativa e permaneceu extremamente desigual.

Outra medida importante do *Plan de Todos*, foram as privatizações, conhecidas no país andino como “capitalizações” (CARVAJAL, 2006 apud BORBA DE SÁ, 2010: 74). Empresas estatais de transportes, água, eletricidade, telecomunicações e hidrocarbonetos foram privatizadas pelo plano neoliberal de Lozada. Como vimos anteriormente, a retirada do Estado de cena é parte intrínseca da estratégia neoliberal. Na realidade, seu papel é muito importante para

tornar o ambiente favorável ao capital externo, porém não devendo ultrapassar tal tarefa.

Nesse sentido, a capitalização da *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB) merece especial atenção. Como sabido, grande parte do seu rendimento estava concentrado, nessa época, na cobertura de despesas externas, por isso a YPFB não tinha fôlego para investir em tecnologia e aprimoramento dos processos produtivos. Para justificar a privatização da YPFB, foi alegado “ineficiência do serviço público”, pretexto comumente utilizado pelos/as adeptos/as do neoliberalismo.

Tornaram investidoras as gigantes transnacionais Petrobras, Repsol, Total, Amoco, British Petroleum e Shell. A promessa era de que com fortes investimentos, a empresa aumentaria sua produtividade, geraria mais empregos, e as ações (as quais 50% permaneciam como propriedade pública) seriam revertidas à população boliviana.

Em 1996, Lozada substituiu o marco regulatório dos hidrocarbonetos nº 1.194/90 (implementado pelo governo de Paz Zamora e que já apresentava indícios de favorecimento ao capital estrangeiro) pela *Ley de Hidrocarburos* nº 1689/96, a qual, claramente, quebra o monopólio estatal sobre o processo produtivo:

*Art. 5: Es libre la importación, la exportación y la comercialización interna de los hidrocarburos y sus productos derivados.*

*Art.24: Quienes celebren contratos de Riesgo Compartido con YPFB para la exploración, explotación y comercialización de hidrocarburos adquieren el derecho de prospectar, explotar, extraer, transportar y comercializar la producción obtenida.*

O Decreto Supremo nº 24.806, que eliminou a propriedade dos hidrocarbonetos do Estado, transferindo-os às empresas transnacionais, foi o estopim dessa fase de capitalização. Sua radicalidade gerou muitas críticas, não apenas pela gravidade dos fatos, mas também por violar as normas previstas na Constituição boliviana.

Com isso, a Bolívia não só foi convertida a uma mera exportadora de matérias primas, como obteve por elas ganhos mínimos. Estima-se que, apenas no período de 1997 e 2005, os lucros enviados ao exterior foram de 2,14 bilhões. Já

os retidos em âmbito nacional foram somente 307 milhões (FARTHING; KOHL, 2007).

*The loss of oil and gas revenues contributed to a US \$470 million public deficit in 1997 (La Razón, 25 November 1997), which led to reduced government spending, including important cuts in health and education. Revenue-sharing payments, the source of almost all income in small municipalities, dropped by approximately 20 per cent in real terms in 1999. Not only did it lose revenues, but the government also gave up much of its ability to control energy prices. The subsequent price hikes in the costs of cooking gas and public transportation disproportionately affected the poorest Bolivians (KOHL; FARTHING, 2007: 98).*

A dependência de empréstimos estrangeiros tornou-se uma das alternativas para o fechamento anual de suas contas. A outra foi o aumento dos impostos. Não tardou para que fossem reveladas as consequências das políticas irresponsáveis adotadas pelo governo de Goni. Os segmentos populares não deixaram por menos os escândalos de corrupção e favorecimento das empresas transnacionais e se levantaram contra a ordem neoliberal imposta sob o respaldo do Estado. Neste ínterim, que intermedia a deposição de dois presidentes e a subida do então presidente Evo Morales, diversos levantes e conflitos demonstraram a força do poder popular na Bolívia, como foi o caso do movimento camponês, o sindical e o cocaleiro, o katarista, as duas Guerras do Gás, o outubro negro, a Guerra da Água.

O objetivo da presente sessão foi mostrar o panorama econômico, social e político da Bolívia, o qual sob as diretrizes do capitalismo neoliberal vêm produzindo fortes desigualdades entre as classes sociais e condições de vida degradantes aos segmentos sociais mais vulneráveis. Tal cenário, em nosso entendimento, contribui significativamente para o aumento de fluxos migratórios de bolivianas/os em direção ao Brasil.

## 4.2

### **De El Alto a São Paulo: condições de vida e trabalho de bolivianas/os**

A escolha de El Alto como unidade representativa da origem das/os imigrantes bolivianas/os em São Paulo está inteiramente relacionada às duas faces da pesquisa: a empírica, que envolveu a observação, interação e realização de entrevistas, e a teórica, que nos forneceu elementos, dados e conceitos que vão ao

encontro do que foi visto na prática (SOUCHAD, 2010; SILVA, 2008; XAVIER, 2010).

Como visto anteriormente, há uma enorme variedade de fluxos migratórios provenientes da Bolívia, país caracterizadamente emissor de migrantes. Originam-se em Cochabamba, Santa Cruz, La Paz, El Alto e transitam por Buenos Aires, São Paulo, Santiago, Madri, Barcelona, Nova York.

Assim, como explicitado diversas vezes, a intenção aqui não é generalizar os processos migratórios. A fim de respeitar os limites impostos ao trabalho – uma vez que não seria possível analisar as dinâmicas de cada uma das “cidades” bolivianas presentes em São Paulo –, optou-se por seguir os caminhos indicados pela história oral. Dentre as seis pessoas entrevistadas, cinco mencionaram a cidade de La Paz – El Alto como um polo emissor de imigrantes a São Paulo. As razões para a observação deste fenômeno foram diversas, e englobam desde a condição socioeconômica particular da região do altiplano até as redes de relacionamento estabelecidas no ínterim dos cerca de 30 anos de migrações Bolívia-Brasil.

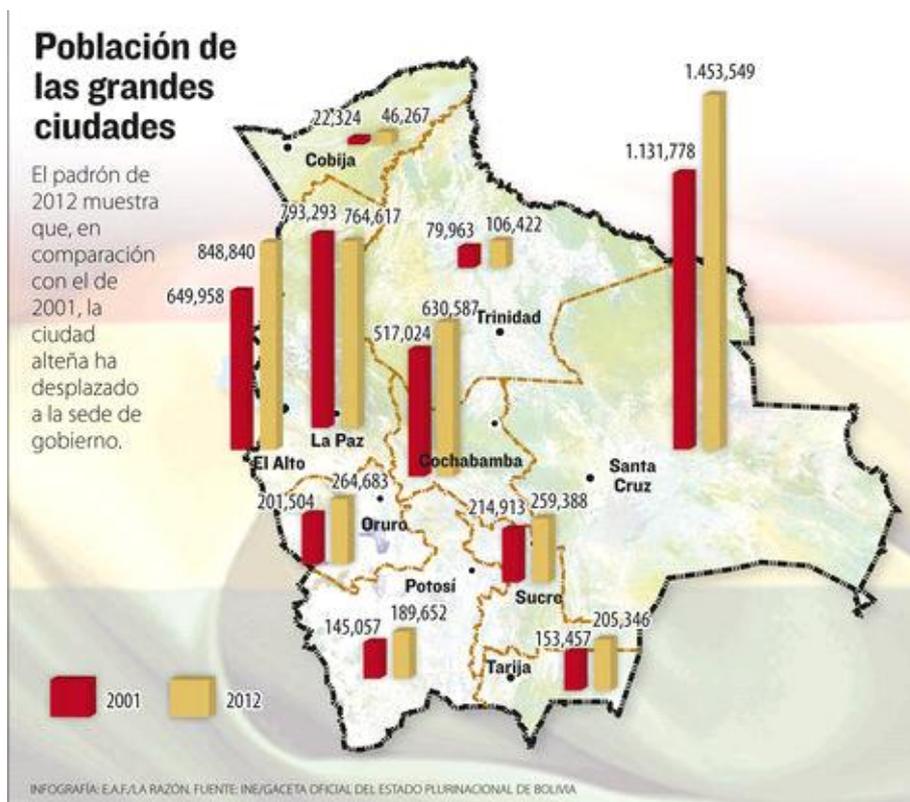
Cabe, assim, ressaltar que El Alto, mais que “a” cidade de origem, é representativa da migração boliviana como um todo em direção a São Paulo. Em linhas gerais, ilustra bem algumas dinâmicas e características que se repetem: os/as imigrantes são predominantemente de origem andina (do altiplano boliviano), indígena e urbana.

El Alto está localizada no altiplano boliviano, há 4.100 metros de altitude, em plena Cordilheira dos Andes e ao fundo da cidade de La Paz. Com uma população de 848.840, é a segunda cidade mais populosa da Bolívia, perdendo apenas para Santa Cruz (1.453.549 habitantes). No entanto, se considerarmos a aglomeração urbana La Paz – El Alto, as duas cidades correspondem, juntas, ao maior pólo urbano do país, com 1.642.133 habitantes e funções urbanas mais desenvolvidas da Bolívia (GARFIAS; MAZUREK, 2005: 25 apud XAVIER, 2010) (cf. figura 1).

*También si se considera las funciones urbanas, no hay duda que la aglomeración constituya el primer polo nacional: función capital administrativa de La Paz, función industrial y comercial de El Alto, ubicación estratégica en la red de transporte internacional (Perú, Chile y el mar, proyecto de red transoceánica hacia Chile y Brasil), función cultural, como un símbolo indígena (Garfías; Mazurek, 2005: 23).*

Em 1985, por intermédio da Lei nº 628, foi criada a Quarta Seção Municipal da Província de Murillo (no Departamento de La Paz), sendo El Alto sua capital. Já em 1988, a Lei nº 1014 declara El Alto município autônomo. Até então, El Alto encontrava-se na condição de periferia da cidade de La Paz. Hoje, conta com 14 distritos, 9 urbanos e 5 rurais.

Figura 1 – População das grandes cidades bolivianas



Fonte: INE/Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolívia.

Sua história também é marcada por lutas, resistência e grande contingente migratório. Em 1930 é construída a petroleira YPFB (*Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos*). Assim, toda a trajetória pela qual passa a Bolívia e que envolve a privatização, as duas Guerras do Gás, e a estatização da YPFB se concentra em El Alto. São inúmeras as organizações sociais e civis na cidade. Entre as mais importantes encontram-se a FEJUVE – *Federación de las Juntas Vecinales*, a COR – *Central Obrera Regional* e o *Comité de Vigilancia*. Estas

organizações possuem forte influência de organizações sindicais, de operários/as, ex-mineiros/as, camponeses/as e indígenas.

Isso porque vem recepcionando, há algumas décadas, diversos fluxos migratórios internos. Em 1980, conforme anteriormente explicitado, o programa de ajuste estrutural implementado por Paz Estenssoro (NPE) que previa a privatização e desativação das minas de estanho dos departamentos de Potosí, Oruro e La Paz, como a COMIBOL e a Corporação Mineira Boliviana, deixando cerca de 20 mil mineiros/as desempregados/as. Muitos/as destes/as trabalhadores/as desempregados/as encontraram na migração a El Alto uma alternativa para sobrevivência. Porém neste período, operários/as, professores/as, funcionários/as públicos/as em todo o país também perderam seus postos de trabalho (XAVIER, 2010).

As duas reformas agrárias que ocorreram na Bolívia (1952 e 1996), mas principalmente a última, não beneficiaram satisfatoriamente aos/as pequenos/as produtores/as rurais. A implementada em 1996, no governo de Goni, tinha, na verdade, objetivos muito distintos daquela levada a cabo pela Revolução de 1952: a primeira manteve a desigualdade de distribuição de terras não superada pela segunda, e ainda expropriou grande número de indígenas e camponeses/as em nome do progresso e do desenvolvimento via abertura econômica.

Tais acontecimentos foram determinantes para que essas populações migrassem internamente em busca de melhores oportunidades, e em muitos casos, a escolha foi (e tem sido) El Alto. A cidade é conhecida por seu caráter de “reservatório populacional” do Departamento de La Paz, sendo classificada como uma das cidades mais “problemáticas” da Bolívia (INDABURU QUINTANA, 2004 apud XAVIER, 2012). Ao mesmo tempo em que recebe, historicamente, um grande número de camponeses/as, ex-mineiros/as e operários/as, expulsa para fora de suas fronteiras inúmeros/as trabalhadores/as.

*Mientras recibe contingentes importantes de migrantes del altiplano paceño y de otras latitudes, expulsa, aunque sea temporalmente, trabajadores y pequeños productores artesanos hacia ciudades argentinas, brasileñas y chilenas en busca de empleo y un futuro diferentes (ROJAS; GUAYGUA, 2002: 11).*

El Alto também é caracterizada como uma cidade de etnia indígena. Concentra as etnias guarani e quéchua, mas é a aimará que predomina. A maioria

de sua população preservou os costumes aimarás, continuam falando a língua e vestindo-se caracterizadamente. Há um sentido de pertencimento aimará muito forte: são os/as aimarás urbanos/as (ZIBECHI, 2006 apud XAVIER, 2010). Assim, a identidade indígena e a concentração de migrantes tradicionalmente envolvidos em lutas sindicais/campesinas, faz da cidade um polo político ativo.

*[...] han contribuido a definir las estructuras de movilización social de sus pobladores, en las que se puede distinguir dos componentes: una estructura barrial y gremial para la rebelión y unos marcos de construcción del discurso de movilización basados en la identidad indígena, de lo que resulta una cultura política que combina elementos del sindicalismo y formas tradicionales de organización territorial-política (GUAYGUA, 2008: 3 apud XAVIER, 2010).*

Economicamente, El Alto baseia-se em uma economia informal e bastante familiar. No seio da economia alteña estão atividades ligadas ao ramo da construção civil, transportes, confecção de roupas e tecidos, restaurantes, serviço doméstico e fabricação de móveis de madeira. Dentro das casas, diversas famílias oferecem serviços, possuem oficinas de costura ou um restaurante: tais atividades microempresariais tem a finalidade de garantir o seu sustento. Assim, a indústria não possui grande desenvolvimento nesta cidade.

Outro setor bastante relevante economicamente para El Alto é o ramo do comércio. Diversas feiras “*callejeras*” concentram trabalhadores/as que ali vendem desde carros a bijuterias. As mulheres se destacam nessa atividade, estando não somente em maior número, mas, muitas vezes, garantindo o sustento de toda a família. Mas as feiras e mercados representam, além de uma importante atividade econômica para a cidade, um tipo de organização e reunião civil, nas quais as mulheres são protagonistas, divergindo de outras organizações civis atuantes na cidade como as de operários/as e de mineiros/as.

Com uma economia baseada no comércio e manufatura, a qual conta como principal unidade produtora as pequenas oficinas familiares com vistas a atender às demandas industriais da cidade, El Alto é marcada por grandes desigualdades. A autoexploração e a extração de mais valia no próprio âmbito familiar são comuns nas atividades produtivas. As horas de dedicação ao trabalho (por se darem em âmbito familiar e doméstico) são extremamente flexíveis. A média de

ganho por dia e por família no ramo de confecções, por exemplo, pode variar entre 20 e 50 bolivianos. Isso equivale a R\$ 6,40 a R\$ 16,00.

Além disso, os níveis de pobreza na cidade de El Alto são bastante elevados. Há precariedade no fornecimento de serviços básicos como água potável, energia elétrica, rede de esgoto.

*Es una ciudad con mucha pobreza, todavía el 40 por ciento de la población en El Alto es migrante, o sea que viene de alguna parte del país esencialmente del altiplano, los niveles de pobreza siguen siendo elevados, los servicios básicos son precarios, agua potable, luz, alcantarillado no hay, hay problemas serios con seguridad y educación [...] Se necesita que el Estado ayude de manera significativa con infraestructura básica, se necesitan políticas de urbanización más claras, valorización del espacio urbano para que el desarrollo local se centre en El Alto. (CHÁVEZ, 2014 ).*

No ano de 2005, constatou-se que 66,8% da população urbana de El Alto encontrava-se na linha da pobreza. Já a população rural está quase em sua totalidade na faixa da pobreza, sendo a taxa de 98,9%. Dessa população, 17,1% corresponde a pessoas em condições de indigência (CHUQUIMIA, 2006).

Considerando as condições de vulnerabilidade nas quais se encontram os/as alteños/as, mas também bolivianos/as de outras partes do país, torna-se visível o movimento gradual de expulsão massiva de bolivianos/as. Num primeiro momento, como visto, devido às transformações na base social e econômica do país advindas dos ajustes estruturais do neoliberalismo, as migrações se deram em âmbito interno. Com as demissões de milhares de operários/as e mineiros/as na década de 80, muitas famílias saíram de suas cidades e partiram para El Alto, por exemplo, em busca de novos meios de sobrevivência. Num segundo momento, poucos anos após as migrações internas, as precárias condições em que se deu a rápida urbanização do subúrbio de El Alto constrangeram inúmeras famílias a buscarem alternativas fora do território boliviano, tendo a Argentina, a Espanha e os Estados Unidos como principais destinos. Não se exclui o fato de que bolivianos/as de outras partes do país, inclusive do meio rural, têm migrado em fluxo crescente.

Figura 2 – Pessoas nascidas na Bolívia por país de residência (1960-2000)

Tabla 1. Personas nacidas en Bolivia por país de residencia, 1960-2000

	1960	1970	1980	1990	2000
Argentina	88.830	101.000	115.616	143.735	231.789
Brasil	8.049	10.712	12.980	15.694	20.388
Estados Unidos	--	6.872	14.468	29.043	55.515
España	--	472	525	782	2.117

Fuente: Elaboración propia a partir de datos del Proyecto IMILA (CELADE), CIRCA 2000 (OCDE), Anuario Estadístico y Padrón Municipal de Habitantes, INE.

**Fonte:** DURÁN CHUQUIMIA, J., K. Arias Díaz, *et al.* Casa aunque en la punta del cerro: Vivienda y desarrollo de la Ciudad de El Alto. La Paz: PIEB, 2007. 116 p.

Assim, se adotarmos um olhar minucioso sobre o fenômeno, veremos que a Argentina, principalmente, recebe fluxos migratórios provenientes da Bolívia desde a década de 50 e 60, momento em que se deflagra a Revolução de 1952 e o processo de substituição de importações argentino. Tais fluxos seguem em direção à Argentina até os anos 90, momento no qual se dá a crise econômica naquele país, e os fluxos migratórios de bolivianos/as seguem para outros destinos, como Brasil, Estados Unidos e Espanha (BENENCIA, 2014).

Pois bem, mas não somente a crise econômica argentina abre possibilidades de deslocamento para o Brasil. Como visto na seção 3.2 deste trabalho, a história da migração de bolivianos/as para o Brasil, e mais especificamente São Paulo, envolve uma série de fatores, que vão desde acordos bilaterais de incentivo a estudos no exterior até o papel político e econômico preponderante do Brasil na região.

Conforme exposto, as condições de vida e trabalho em El Alto e na Bolívia como um todo, têm sido marcadas por grande precariedade e marginalidade. No entanto, cabe nos perguntarmos: têm sido melhor ou mais benéfico viver e trabalhar em São Paulo? As respostas para tais perguntas podem variar muito, afinal são de ordem subjetiva. Entre os/as entrevistados/as, foi unanimemente respondido que sim. Porém, buscando realizar uma análise objetiva sobre a questão, destaca-se o caráter ambivalente da experiência migratória de bolivianos/as - alteños/as a São Paulo.

O conceito de “ambivalência da experiência migratória” é do autor italiano Sandro Mezzadra (2005), da corrente autonomista das migrações internacionais. Mezzadra expõe que as características paradigmáticas da condição dos migrantes são instâncias em transformação. Essas instâncias emergem na ambivalência, a qual distingue a condição entre uma instância de dominação e exploração, outra de radical libertação e uma última de novos mecanismos de dominação e exploração.

A exemplo disso, Mezzadra (2005) traz o conceito de imigração pela teoria feminista, o qual baseia-se na busca emancipatória e é entendida como tempo de tensão. Quando se decide migrar as condições patriarcais se redefinem, surgem novas articulações de poder no local de destino, e a intenção primeira de “fugir” da opressão sexista é parcialmente frustrada quando, já na nova sociedade, a migrante - ainda que conquiste certas liberdades - depara-se com novas formas de manifestação patriarcal, também opressoras.

Em analogia ao caso supracitado, entende-se que em São Paulo, por um lado os/as migrantes podem encontrar oportunidades de mobilidade social e aumento do poder aquisitivo. Por outro lado, as condições de vida e trabalho podem representar o agravamento das práticas de exploração em relação à sociedade de origem, quando na verdade o objetivo era superá-las.

A cidade de São Paulo representa um polo urbano, industrial, financeiro e econômico na região, e vem intensificando suas conexões globais. Não à toa, esta é a percepção do/a imigrante boliviano/a que chega à capital paulista.

São Paulo, uma cidade global por excelência, é global também no sentido de concentrar, desde a sua formação enquanto cidade, imigrantes de todo o mundo. Japoneses/as, italianos/as, espanhóis/las, portugueses/as, coreanos/as, libaneses/as e mais uma infinidade de nacionalidades, sem contar a massiva imigração interna, compõem a “cara” e a identidade paulistana.

Hoje, São Paulo é uma cidade de superlativos: conta com 11,2 milhões de habitantes e a Região Metropolitana de São Paulo, que conta com mais 38 municípios, totaliza quase 20 milhões de pessoas. Correspondem, juntas, a um aglomerado urbano que reúne cerca de 32 milhões de habitantes, é o sexto maior aglomerado urbano do mundo, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU). Comparativamente, só a cidade de São Paulo supera a população de todo o país boliviano – estimada em 10,5 milhões.

Na geração de riqueza, São Paulo é a 36ª maior economia do mundo, segundo estudo da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) (GLOBO, online, 2013). O valor do mercado de produtos de luxo em São Paulo é de 8 bilhões de reais.

São Paulo, ainda é o *hub* absoluto de negócios do Brasil e América Latina, concentrando sedes de empresas, instituições financeiras, filiais de empresas de tecnologia. Na última década, passou a ganhar destaque como um polo de negócios global, atraindo investimentos externos por seus índices elevados de crescimento econômico, alta qualidade de serviços e mercado consumidor em ascensão. Segundo a pesquisa *American Cities of the Future 2013*, do *FDI Intelligence*, setor de inteligência do britânico *Financial Times*, São Paulo recebeu, em 2012, mais Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) que Nova York e foi considerada a segunda cidade do futuro na América.

Outros números que ilustram a assustadora grandiosidade econômica de São Paulo valem a pena ser mencionados: a cidade reúne uma das cinco maiores bolsas do mundo em valores de mercado; em 2011, ficou na 4ª posição entre as 22 cidades que mais receberam investimentos no mundo; realiza 864 mil transações de cartões de crédito por dia; possui 240 mil lojas; 1,9 mil agências bancárias; 50.800 indústrias; 38 das 100 maiores empresas privadas de capital nacional; 63% dos grupos internacionais instalados no Brasil; 17 dos 20 maiores bancos do mundo; tem a maior frota de helicópteros do mundo – são 411 ; abriga cerca de 40 câmaras internacionais de comércio e negócios; abriga 100 das 200 empresas de tecnologia; classificada pelo *The Banker* como o terceiro centro financeiro mais promissor do mundo, atrás somente de Hong Kong e Cingapura (São Paulo Outlook, 2013). Segundo entrevistada:

*São Paulo é os Estados Unidos da América do Sul! Quando chegamos aqui nos assustamos porque tinha metrô, prédios altos, shoppings, lojas de marca. Isso não existe na Bolívia. Isso é o que imaginamos como comum nos Estados Unidos. E agora em São Paulo* (V.Y., 2014, informação verbal)<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> Entrevista concedida por V. Y. coordenadora do Projeto “*Si, Yo Puedo*”. [Julho.2014]. Entrevistadora: Vanessa G. Zanella. Via contato telefônico. São Paulo, 2014. Arquivo V.3. (53min10s). O roteiro de entrevista encontra-se transcrito no Apêndice 8.1 desta dissertação.

Também é uma cidade de desigualdades: o 1% mais rico da cidade concentra 20% da renda de toda a cidade. A cidade que foi se tornando cada vez menos industrial e mais especializada no ramo de serviços, impossibilitou que os bons salários das indústrias beneficiassem trabalhadores/as pouco qualificados/as. Com isso, muitos/as trabalhadores/as têm migrado para a zona metropolitana ou interior do estado, devido aos altos aluguéis – veremos que este é um deslocamento recorrente entre imigrantes bolivianos/as. Ainda assim, quem se vê estagnada é a classe média: houve uma corrosão em sua renda, o que a coloca entre os/as 40% mais pobres e os 20% mais ricos/as. Os/As muito ricos/as e muito pobres, em nossa sociedade têm melhorado de vida.

O excedente global é canalizado através dos fluxos verticais de comando de corporações e grupos com a mesma linguagem, estilo e programa, que se amparam em novos arranjos de poder e alianças políticas estruturando blocos sociais, culturais e técnicos em defesa do novo espírito capitalista e constituindo os polos localizados de suas redes por várias cidades (BOCAYUVA, 2013).

Assim, São Paulo também está na rota das conexões globais quando o assunto é consumo. A cidade concentra 12% do PIB do Brasil (450 bilhões de reais, em 2010) e 6% de sua população. Se fosse um país, estaria entre os 40 mais ricos e os 80 mais populosos. O potencial de consumo de São Paulo, em 2013, foi estimado em 277 bilhões de reais. Segundo projeções, até 2025 o PIB de SP e Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) deve chegar 782 bilhões de dólares – ou à sexta colocação no mundo.

Nela, a presença boliviana é visível e está consolidada. Especialmente, pois está presente em praticamente todas as regiões, mas também do ponto de vista socioeconômico e cultural (SILVA, 2012). Mas como esta megacidade tem recepcionado os/as migrantes bolivianos/as, nas suas mais diversas esferas?

As conclusões aqui tiradas são fruto de leituras bibliográficas sobre as condições de vida de imigrantes em São Paulo, mas também se devem, em sua maior parte, à observação da pesquisadora e aos depoimentos enriquecedores das mulheres e homens que vivenciam este cotidiano e que, com muita cordialidade, aceitaram contribuir, largamente, com esta pesquisa.

Entendemos que a cidade de São Paulo vem respondendo às demandas de consumo, incentivado por meio de medidas do governo federal como estratégia

desenvolvimentista para as classes mais baixas, o que tem gerado um aumento no consumo por toda a sociedade brasileira. E São Paulo é o retrato do consumo.

Segundo a pesquisa Retratos da Sociedade Brasileira: Hábitos de Consumo e Endividamento, CNI-IBOPE de novembro de 2012, de maneira geral, a renda familiar brasileira cresceu desde 2011. Com a pesquisa, concluiu-se que a população brasileira aumentou os gastos com saúde, cuidados pessoais e educação.

A obtenção de crédito e o aumento da renda real das classes mais baixas garantiram forte expansão no comércio. As vendas da indústria têxtil e de confecções vêm crescendo consideravelmente no mercado interno. Em 2012, o gasto estimado anual das famílias brasileiras com esses produtos foi de R\$ 102 bilhões, apresentando um nível de crescimento de 8,9% desde 2007 (FGV, 2013).

O consumo e a produção são processos que se retroalimentam. "A produção é, pois imediatamente consumo; o consumo é, imediatamente, produção. Cada qual é imediatamente seu contrário. Mas, ao mesmo tempo, opera-se um movimento mediador entre ambos. São elementos de uma totalidade" (MARX, 1977: 119).

Assim, veremos que a produção e consumo no ramo de confecções e têxtil estão intimamente ligados à inserção laboral de imigrantes bolivianos/as em São Paulo. A atividade da costura é considerada o nicho econômico destes/as imigrantes, mas também de outros/as de origem latino-americana (como paraguaios/as, por exemplo) e em São Paulo funciona o 4º maior parque têxtil do mundo. (SOUCHAD, 2012) <sup>26</sup>.

Para compreender a inserção de bolivianos/as no ramo da costura em SP, é necessário, primeiramente, compreender o contexto de transformações da indústria do vestuário na cidade. A passagem de uma economia predominantemente industrial a predominantemente de serviços; a modernização do setor industrial, que implicou o aumento da produtividade e redução relativa de mão-de-obra; a redução de seus custos para poder competir com produtos estrangeiros; a terceirização da costura, passando a produção para oficinas externas, alterando a lógica do trabalho assalariado para a prestação de serviços,

---

<sup>26</sup> Com isso, há uma forte hipótese de estar um ocorrendo um movimento inédito de recrutamento laboral, já que a "massificação" de estrangeiros/as na cidade com baixos níveis de qualificação educacional pode estar substituindo (ainda que de forma inicial) a mão-de-obra nacional.

em meio a uma clara diminuição dos empregos formais no setor foram algumas das transformações verificadas na indústria do vestuário em São Paulo (SOUCHAD, 2012).

No caso da confecção paulistana, enquanto unidades de produção desapareceram, as que se mantiveram ou, até, foram aparecendo, tiveram que passar por uma ou várias das seguintes modalidades de adaptação, muitas vezes combinadas: a deslocalização, a modernização, a reestruturação (SOUCHAD, 2012).

A deslocalização representou a transferência da produção para outros bairros de São Paulo que não os centrais, e em menor número para a região nordeste, ou para cidades do interior do Estado de São Paulo, a fim de reduzir os custos imobiliários e se aproximar do mercado. A modernização representou o investimento em robotização e informatização, bastante importantes para o corte. Por fim, a reestruturação representou a aparição, difusão e consolidação de oficinas de costura de pequeno e médio porte. Esta transformação da indústria do vestuário merece atenção, uma vez que evidenciou a existência de oficinas subcontratadas e muitas vezes clandestinas, as quais envolvem tanto trabalhadores/as quanto patrões/patroas imigrantes bolivianos/as (SILVA, 2008). “Elas conseguiram um espaço crescente na cadeia produtiva por sua flexibilidade que lhes permite captar e atender os prazos curtos de uma demanda organizada em ciclos curtos” (SOUCHAUD, 2012). E esse sistema, “baseado na flexibilização do trabalho (informal) para fora do âmbito da fábrica, como dissemos, resulta num espalhamento das oficinas por vários lugares da cidade, sobretudo nas áreas periféricas” (FREIRE DA SILVA, 2008 apud XAVIER, 2012).

O aumento e consolidação da presença dos imigrantes internacionais na confecção em São Paulo é a consequência, ao mesmo tempo de uma chamada de mão-de-obra e de uma reestruturação produtiva, baseada nas oficinas subcontratadas de porte médio e pequeno e nas micro-empresas familiares informais de desenho-confecção-venda; evolução do modelo produtivo que, julgamos, foi organizada pelos próprios imigrantes (SOUCHAUD, 2012).

Vale ressaltar que o ramo produtivo da costura não é uma atividade exclusivamente ocupada por bolivianos/as e latino-americanos/as em São Paulo. Libaneses/as e coreanos/as têm um histórico de empreendedorismo neste ramo, sendo que os/as últimos/as se sobressaem em relação aos/às primeiros/as. Passaram, recentemente, a serem os grandes consumidores/as dessas pequenas

oficinas. Com o aumento das fiscalizações de oficinas irregulares pelo Ministério do Trabalho desde os anos 1990, mas intensificadas nos últimos anos e a intensa mobilidade da mão de obra imigrante, a qual transita entre a grande oferta de oficinas, ficou difícil manter a produção e garantir o seu aprimoramento. Assim, muitos/as coreanos/as optaram por comercializar ao invés de produzir as peças.

Pois bem, ainda que tenha havido a reestruturação no setor, as pequenas e médias oficinas atendem às demandas de grandes empresas de comércio de vestimentas. As grandes redes de lojas tem sido responsáveis pela precarização da mão-de-obra destes/as imigrantes. Os investimentos neste ramo estacionaram nos últimos anos, e os/as comerciantes viram no desgaste e precarização da mão de obra uma saída para que seus lucros não fossem diminuídos.

Instalou-se um regime de subcontratação da mão de obra, que se deve à terceirização das oficinas de costura em que trabalham as/os imigrantes bolivianas/os. Estas pequenas oficinas prestam serviço a empresas intermediárias, responsáveis por fornecerem os produtos às grandes marcas de vestimenta, gerando altos lucros por meio da adoção deste sistema de terceirização da mão de obra (e muitas vezes, “quarteirização”), ao mesmo tempo em que se abstém de suas responsabilidades trabalhistas para com as/os funcionárias/os que confeccionam seus produtos. São exemplos de marcas que já tiveram envolvimento em casos de subcontratação de mão de obra a Marisa, a C&A, Schutz, Pernambucanas, Collins, Gregory, M.Officer e a Zara, esta última envolvida em recente caso de manutenção de trabalhadores/as em condições análogas ao trabalho escravo (MARTES, 2009: 69).

Ainda que, aparentemente, tais empresas representem “anões econômicos”, considera-se que as mesmas vêm seguindo os ditames do capital internacional e da divisão internacional do trabalho, a qual determina que apenas a produção das mercadorias deslocou-se (para lugares onde os gastos são menores e a produção mais rentável), mantendo-se a transferência do capital gerado aos países de origem, mesmo que produção em São Paulo não atenda às demandas mundiais. A empresa espanhola Zara, por exemplo, é a número um mundial da indústria têxtil. Com 5.693 lojas, a Zara está presente em 85 países e em 2012, obteve um aumento de 32% em seu lucro líquido (cerca de 944 milhões de euros). Seu

faturamento aumentou 17% a 7,239 bilhões de euros, enquanto o excedente bruto operacional subiu 29% a 1,621 bilhão de euros (EXAME, 2012)<sup>27</sup>.

A grande diferença entre essas empresas e aquelas envolvidas com a exploração de trabalho estrangeiro na cidade de São Paulo é o mercado. Aqui, a produção de vestuário está voltada a suprir demandas do mercado interno: como exposto, os/as bolivianos/as não produzem quantidades suficientes para que a Zara ou Collins distribuam a mercadoria mundialmente. As dimensões da distribuição destas lojas vão do nível municipal ao nacional, em alguns casos, mas não são capazes de suprir as demandas do mercado externo.

Tal limitação está relacionada, em parte, à fiscalização do Ministério do Trabalho e Ministério Público, os quais interrompem sucessivamente as cadeias produtivas de exploração assim que descobertas; a grande mobilidade de imigrantes, devido à vasta oferta de oficinas; o alto número de clientes e entregas de cada oficina (não há uma grande oficina que produza somente para a Zara, e sim uma série de pequenas oficinas que se comprometem a entregar mercadorias a cinco ou seis lojas, de pequeno a grande porte).

No entanto, ainda que programadas para produzir o suficiente para o mercado interno, tal método que visa, por meio da superexploração do trabalho, a extração máxima da mais-valia, possibilita que as redes de lojas consigam diminuir o valor de suas mercadorias sem prejudicar a qualidade ou volume da produção. Com valor reduzido de seus produtos, passam a competir mais acirradamente no mercado e a obter lucros elevados, conforme vimos no caso da Zara.

A maioria dos/as imigrantes bolivianos/as que seguem para São Paulo não sabem qual será sua carga horária de trabalho, onde irá morar e em que condições, quanto tempo permanecerá no ramo da costura; sabem apenas que terão melhores salários no Brasil, que estarão perto de amigos/as ou familiares, que terão que trabalhar muito para pagar a viagem e ainda juntar dinheiro para enviar à Bolívia.

Acontece que, mesmo após anos da existência do fluxo migratório Bolívia-Brasil e, com isso, a conformação de redes de parentesco, muitos/as migrantes são

---

<sup>27</sup> Assemelhasse à conhecida exploração de trabalho infantil e de mulheres asiáticas em fábricas de grandes marcas de artigos esportivos, como é o caso da Nike, Reebok, Adidas, Asics etc. Trabalhadores/as em regime de exploração e provenientes da China, Indonésia, Tailândia e Coréia do Sul, têm revertido altos lucros a estes empresários. A exemplo disso, em 1993, o lucro da Nike chegou ao recorde de \$ 298 milhões, valor triplicado em cinco anos (ENLOE, 1996).

surpreendidos/as com realidades muito distintas daquelas apresentadas no momento da viagem.

A principal forma de entrada no Brasil se dá pela fronteira com o Estado de Mato Grosso, onde vão de trem da cidade de Santa Cruz de la Sierra chegando a Corumbá. Depois realizam a travessia da fronteira a pé ou de táxi (MARTES, 2009: 69)<sup>28</sup>.

Na fronteira, donos/as de oficinas em São Paulo, que até lá se deslocam para recrutar trabalhadores/as, mas também aqueles/as que são responsáveis pela viagem ou até mesmo moradores/as da região, que em troca de alguns dólares, informam sobre as condições da nova jornada. A maior parte dos contratos são assinados ainda em solo boliviano.

A informação que recebem sobre o salário é a de que o mesmo irá girar em torno de US\$ 500,00. Também são informados/as que será oferecida alimentação, moradia e os gastos com a viagem, a serem pagos com o próprio trabalho nas confecções. Somente após o pagamento das dívidas da viagem que passam a receber um salário (SILVA, S. A. 1997: 90). Assim, a premissa muito propagada entre os teóricos das migrações de que o/a migrante não corresponde à parcela mais pobre da população, pois deve ter poder aquisitivo suficiente para a viagem, não se aplica ao caso de bolivianos/as em território brasileiro. Provavelmente, os/as bolivianos/as que seguem em direção à Espanha ou aos Estados Unidos possuem rendas distintas daqueles/as que se deslocam para São Paulo, os/as quais não dispõem de grandes gastos iniciais.

O valor contrastante do salário prometido em relação ao diminuto salário mínimo boliviano calculado, aproximadamente, em apenas US\$ 44, atrai a atenção de milhares de bolivianos e bolivianas que passam a considerar o deslocamento para São Paulo uma forma de melhorar de vida, e talvez, conseguir juntar dinheiro suficiente para montar um negócio próprio ao voltarem para a Bolívia (SILVA, S. A. 1997: 95). Cerca de 50% dos/as imigrantes são mulheres.

---

<sup>28</sup> Segundo L.B., um de nossos entrevistados: *a maneira mais comum de entrada de bolivianos é de ônibus, em Corumbá. Em 10 ou 12 horas já estão em São Paulo, então esta é a entrada mais fácil para estes imigrantes. Outra porta de entrada é pelo Acre, em direção a Manaus, mas essa entrada é mais utilizada por peruanos. Tem também por meio da cidade de Cáceres, no Mato Grosso. Por Cáceres é mais fácil fugir do controle porque é uma fronteira seca, sendo possível driblar a fiscalização atravessando a fronteira a pé* (L.B, 2014, informação verbal). Entrevista concedida por L. B. presidente do Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC). [Julho.2014]. Entrevistadora: Vanessa G. Zanella. Via contato telefônico. São Paulo, 2014. Arquivo V.6. (33min06s). O roteiro de entrevista encontra-se transcrito no Apêndice 8.1 desta dissertação.

Muitas de origem cochabambina, por exemplo, afirmam que antes de migrarem passavam o dia “[...] à espera de alguém que as contrate, geralmente no trabalho doméstico, recebendo uma quantia de US\$ 2 (dólares) por um dia de serviço.” (SILVA, S. A., 1997: 34).

Estimam sempre um prazo de regresso, sendo período de quatro anos o tempo máximo aceitável. Neste período, estimam ser possível arrecadar o suficiente para instalarem um negócio próprio na Bolívia<sup>29</sup>.

Em São Paulo relação entre empregador/a e empregado/a é de parentesco, de favores ou de amizade, estando os/as últimos/as de certa maneira vinculados/as aos/às primeiros/as devido a uma necessidade inicial de acolhimento. A existência da constante sensação de endividamento, pelo fato de o/a empregador/a financiar a viagem, a estadia e a alimentação na cidade de destino cria uma relação de fidelidade no trabalho, o que cerceia a liberdade de muitos/as imigrantes mudarem de oficina caso apareça uma oportunidade melhor (SILVA, S. A., 2003: 293). Ainda assim, ao fim do pagamento da dívida, os/as imigrantes possuem maior liberdade para mudarem de oficina, e como já mencionado, tal mudança tem ocorrido com maior frequência nos últimos anos. Alguns/mas donos/as de oficinas proíbem que os/as imigrantes saiam sem prévia autorização e não são raros os casos de assédio sexual às mulheres. O horário de comer, dormir e de ir ao banheiro também são controlados, tudo para mantê-los/as a maior parte de seu tempo no comprimido espaço da oficina, produzindo.

Conforme exposto, os espaços em que os/as imigrantes trabalham são os mesmos em que moram, nos quais os objetos pessoais misturam-se com os tecidos e máquinas de costura. São compreendidos/as em sua maioria em pequenas oficinas, em locais escondidos – na parte subterrânea de casas, ou ao fundo das mesmas – e insalubres devido à ausência de janelas e ventilação, vezes porque os/as donos/as das oficinas não possuem recursos para manterem melhores instalações, ou porque a intenção é que a instalação da oficina obstaculize a localização e acesso da fiscalização trabalhista.

A jornada de trabalho é extensa e exaustiva com início às 8h e fim às 21h. O salário não é fixo, e a flexibilização da jornada bem como do pagamento – feito de acordo com a quantidade de peças confeccionadas diariamente, podendo variar

---

<sup>29</sup> Parte do rendimento mensal é enviado como remessa para familiares, sendo este um mecanismo de inversão de capitais muito importante para a economia boliviana.

entre US\$ 0,20 e US\$ 2,00 por peça – são condicionantes para a precarização do trabalho destes/as imigrantes. O salário inicialmente esperado cai drasticamente para um valor mensal quatro vezes menor, aproximadamente, R\$ 250,00.

A precarização do trabalho imigrante é ainda mais marcante para o universo feminino.

No caso das mulheres o trabalho é ainda pior, porque elas devem ajudar nas tarefas da cozinha, lavando a louça, que em geral não é pouca, posto que o número de pessoas que vivem e trabalham nessas oficinas é grande. Para as casadas com filhos, a situação é ainda pior, pois em suas mãos está a administração da cozinha, o que significa a compra e a preparação dos alimentos, além do cuidado dos filhos, da roupa e outras responsabilidades. Assim sendo, como constatou Thompson, o ritmo de trabalho da mulher do lar ainda obedece aos parâmetros de sociedade pré-industrial (cf. E. P. Thompson, op. Cit., p.270) (SILVA, S. A., 1997: 143).

Esta é a realidade das bolivianas que estão no ramo da costura, porém, mesmo que migrem em número equivalente aos homens, o trabalho na confecção é executado em sua maioria por eles (que podem atuar, em menor número, também no ramo do comércio ou da construção civil). As mulheres bolivianas inserem-se laboralmente, em geral, no trabalho doméstico. Há também aquelas que comercializam roupas em feiras livres (como é o caso da Feirinha da Madrugada, no Brás) ou vendem comidas típicas e outros artigos que trazem da Bolívia. Informalidade, flexibilidade e precarização caracterizam o trabalho da mulher migrante em São Paulo.

São cozinheiras, babás e empregadas domésticas, sendo que essas tarefas são extensões umas das outras, uma vez que a babá geralmente cuida da casa e cozinha, a cozinheira limpa e olha as crianças e com a empregada doméstica a dinâmica também é semelhante.

Em pesquisa prévia sobre as condições de vida e trabalho de mulheres imigrantes em São Paulo, identificou-se uma ausência de reconhecimento da condição de exploração, tanto nos homens quanto mulheres imigrantes. Uma das migrantes entrevistadas naquela ocasião dizia não considerar que estava sendo explorada, porque o patrão lhe oferece comida, moradia e contas pagas, além de pagar um salário acima da média geral para a mesma função. Luísa<sup>30</sup> é empregada doméstica e babá de duas crianças. Trabalha de segunda a sábado, tendo descanso

---

<sup>30</sup> Foi utilizado nome fictício a fim de preservação da identidade de entrevistada.

somente aos domingos. Sem hora para terminar o serviço, tem seus horários de descanso controlados pelos patrões e não possui carteira assinada.

Assim como Luísa, muitas outras migrantes moram e trabalham nas casas de seus patrões, o que lhes confere uma estendida jornada de trabalho e acúmulo de funções. O âmbito privado é característico da inserção laboral de bolivianos/as em São Paulo, e é agravado quando nos referimos às mulheres: somente aquelas que se ocupam com a venda de artigos em feiras que têm um maior contato com o âmbito público.

Homens e mulheres migrantes, em decorrência da compressão espaço temporal, têm tido menos acesso às informações para a regularização migratória. Muitas vezes falta tempo (e lugar) aos/às migrantes para buscarem informações sobre trâmites para regularização, e acabam “perdendo a viagem” indo à polícia federal sem a documentação completa. Organizações de apoio ao/à migrante, como é o caso do Centro de Apoio ao Migrante (CAMI), Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC) e Pastoral do Migrante, oferecem auxílio e informações, principalmente aos/às recém-chegados/as. No entanto, muitos/as imigrantes têm somente o final de semana para se deslocarem pela cidade e dirigirem-se a estes locais. Frequentemente, não possuem dinheiro para o transporte, ou não possuem tempo, pois mesmo aqueles/as que trabalham em oficinas de costura durante a semana costumam desempenhar outras atividades aos finais de semana, a fim de arrecadar uma renda extra. Além disso, o final de semana é o tempo que possuem para os afazeres domésticos e lazer.

Com isso, não são raros os casos em que bolivianos/as são enganados/as por aproveitadores/as ou pela própria polícia que prometem regularizá-los/as, ou então denunciá-los/as ao governo pedindo grandes montantes de dinheiro. Pessoas que se aproveitam da falta de informação, cobram altos valores por procedimentos simples, como emissão de RG ou certidão de nascimento. Como os/as imigrantes não sabem que se tratam de direitos garantidos acabam efetuando o pagamento. As rádios que ouvem durante o dia de trabalho nas oficinas são o meio mais eficaz de divulgação de informações a esta população. São, em geral, rádios piratas bolivianas, que transmitem a programação de lá e as quais os/as migrantes tem acesso contínuo. A internet também tem operado como uma importante fonte de informações e comunicação. No entanto, o acesso a este meio é limitado.

A ausência de tempo também afeta outras áreas da condição de imigrante: o lazer e a formação. Por exemplo, os/as imigrantes que trabalham em ambientes mais particulares, como os/as costureiros/as, cozinheiras/os, babás e empregadas/os domésticas/os que moram no mesmo ambiente em que trabalham e que têm suas folgas aos finais de semana, muitas vezes permanecem em casa por não terem para onde ir, comprometendo o essencial contato com a sociedade brasileira.

Por não se sentirem à vontade ou por desconhecimento, muitos/as preferem ficar em casa quando têm oportunidade de frequentar centros de formação ao/à imigrante aceitando permanecer no ambiente privado por ser, talvez, o único lugar que se sentem amparados/as.

Em relação ao lazer, em geral, os/as imigrantes, por não terem vínculos afetivos no Brasil, quando podem desfrutar de seu horário de descanso não o fazem por falta de opções. Em estudo de Sidney Silva (2007: 78), o autor constata que a comunidade boliviana já conquistou espaços públicos, como a Praça Kantuta no Canindé e Rua Coimbra, na zona central, os quais têm a oportunidade de ouvir a música boliviana e comer as comidas típicas, mas nem sempre ir a estes lugares é uma opção: sua proximidade do centro é um obstáculo aos/às instalados/as nas zonas periféricas da cidade.

O futebol é uma atividade de lazer que os imigrantes, homens, têm praticado com frequência. Já as adolescentes e mulheres imigrantes alegam falta de opções de lazer na cidade de São Paulo aos finais de semana. Reservam seus dias de descanso para realizarem os afazeres de casa, ou trabalham na Praça Kantuta, vendendo tecidos bolivianos e comidas típicas<sup>31</sup>.

Notou-se, em pesquisa bibliográfica, que a bebida tem se apresentado como um grande problema aos/às bolivianos/as, em geral aos homens. Nem todos praticam esportes ou compõem os grupos folclóricos com ensaios semanais. Sem opções, acabam por beber em grande quantidade quando possuem tempo livre.

---

<sup>31</sup> Em entrevista (P.I., 2014, informação verbal) identificamos que os/as jovens bolivianos/as organizam festas fechadas, para dançarem músicas típicas da Bolívia e se divertirem. No espaço público da Praça Kantuta, por exemplo, são organizadas danças e apresentações, onde há liberdade para sua manifestação cultural. Porém, se trata de um ambiente familiar. Nestas festas fechadas, geralmente em galpões alugados nos bairros, os jovens sentem-se genuinamente livres. Ali podem beber e se divertir sem preocupar-se com fiscalizações (muitos/as estão irregulares no país) ou com brasileiros/as de olhar atravessado. Entrevista concedida por P. I. coordenador de Políticas para Migrantes. [Jun.2014]. Entrevistadora: Vanessa G. Zanella. Brasília, 2014. Arquivo V.2. (65min41s). O roteiro de entrevista encontra-se transcrito no Apêndice 8.1 desta dissertação.

Inúmeros casos de brigas foram registrados. Em entrevista, revelou-se que beber tem sido uma forma de escape à carga de trabalho e às difíceis condições que possuem, ao dinheiro apertado no final do mês, ao peso do cotidiano.

Outra forma de escape tem sido o envolvimento crescente de bolivianos/as com entidades religiosas e, principalmente, de matriz evangélica. O que parecia ser um positivo refúgio espiritual acaba por excluir e segregar ainda mais a comunidade migrante. Muitos/as empregadores/as só contratam imigrantes com a condição de serem também religiosos/as. O mesmo ocorre quando necessitam alugar imóveis em imobiliárias ou com proprietários/as evangélicos/as. Isso obriga muitas pessoas a se converterem para encontrar trabalho e para conseguirem moradia. As/os imigrantes acabam por se deixarem levar e se dedicam integralmente aos programas e cultos religiosos aos finais de semana: não sobra tempo para outras atividades. Além disso, tem o pago do dízimo, que nem sempre é revertido com responsabilidade e que compromete a já frágil e vulnerável condição financeira das/os imigrantes.

A tendência é que o número de fiéis imigrantes cresça, principalmente devido ao fácil acesso a estes locais. A região central de São Paulo, a qual concentra muitos/as imigrantes bolivianos/as que ali vivem e trabalham recepcionou, recentemente, a inauguração do Templo de Salomão da Igreja Universal do Reino de Deus, maior templo religioso construído no Brasil. O bairro vive um *boom* sem precedentes do turismo religioso e do mercado da fé: já recebe diariamente o dobro de visitantes do Cristo Redentor, um total de 13.300 pessoas. Num raio inferior a quatro quilômetros, o Brás concentra seis megatemplos evangélicos e 14 igrejas.

Somada a todas as mazelas vivenciadas pelos/as imigrantes, a recepção paulistana não tem se mostrado das mais calorosas. Em São Paulo, o sonho feliz de cidade torna-se nem tão feliz assim: parafraseando Caetano Veloso, aprende-se depressa a chamá-la de realidade. A maior metrópole da América do Sul costuma caracterizar-se por um ambiente árduo, de muito trabalho, cansaço e estresse urbanos. Se para as/os migrantes internas/os, como as/os nordestinas/os, a vida metropolitana é carregada de inúmeras dificuldades dentre elas a discriminação e o preconceito, para as/os migrantes externos esta situação se acentua drasticamente. Isso também se deve ao fato de que “[...] a metrópole se caracteriza, em geral, por ser um espaço social e cultural onde as diferenças

individuais tendem a diluir-se no anonimato da grande massa humana que compõe a cidade” (SILVA, S. A., 2007: 78).

Em comparação com os/as imigrantes bolivianos/as, nota-se uma condição social diferenciada que italianos/as e japoneses/as vivenciam na sociedade paulistana (SILVA, S. A., 2007: 81). Recém-chegados/as no Brasil, os/as imigrantes seduzidos/as pelo discurso de hospitalidade, de acolhimento e de boa receptividade da sociedade brasileira, se deparam com uma realidade cruel e de profunda discriminação e marginalização de sua cultura, sendo esta estigmatizada por “[...] atributos profundamente depreciativos.” (GOFFMAN, 1975 apud SILVA, S. A., 1997: 17). Os estigmas que as/os classificam como “índias/os”, “clandestinas/os”, “morenas/os” e muitas vezes como “traficantes”, ressaltam sua condição de desigualdade e de “intrusas/os” ou de “indesejadas/os” na sociedade de estranhamento brasileira (SILVA, S. A., 1997: 17).

A evidente desigualdade atribuída aos diversos grupos migratórios é consequência, por um lado, do desconhecimento paulistano a respeito da história sociocultural e até mesmo, da geografia desses países. Para os/as paulistanos/as, os/as latino-americanos/as que residem na cidade, particularmente os/as mais morenos/as, são todos/as bolivianos/as (SILVA, S. A., 2007: 81). Por outro lado, há uma centralidade do elemento europeu na construção da identidade paulistana. Identificou-se, assim, três categorizações de percepção desses/as migrantes bolivianos/as: a indianidade, a cultura e a metáfora do trabalho escravo (VIDAL, 2012). Em um país de “*collas*” e “*cambas*”, o elemento indígena incomoda. O mesmo ocorre no Brasil.

[...] a Bolívia, ao lado da Guatemala, é um dos países da América Latina com a maior proporção de indígenas na sua população total. Em 2001, os indígenas representavam 50% da população do país, então divididos em 36 povos representados por grupos linguísticos. Considerando a classificação por autopertencimento, teríamos 62% da população que se autoidentifica com algum povo originário, de acordo com os dados do Censo 2001 (INE, 2006) (XAVIER, 2012).

O elemento indígena no Brasil é relacionado ao/à “exótico/a”, ao/à “indolente”, “preguiçoso/a”, “folgado/a”, “manipulável”, “que se vende por qualquer trocado”. Em complemento a essa imagem pejorativa, o/a indígena boliviano/a é reconhecido/a pela sociedade brasileira como alguém que trabalha demais, como um/a “escravo/a”. No entanto, percebemos que as relações laborais

em São Paulo são muito complexas e contraditórias. Deve-se considerar a própria percepção do/a imigrante de suas relações de trabalho: não se identificam com a exploração e com o trabalho escravo.

[...] a metáfora da escravidão não consegue dar conta de condições de trabalho que os modos de dominação e exploração da força de trabalho são complexas e não correspondem à servidão tal como existiu no passado. Por isso, dizer dos migrantes bolivianos no setor das confecções através de imagens como o “trabalho escravo” contribui ao processo de essencialização que nega a capacidade de ação autônoma (*agency*). (VIDAL, 2012 )

A conquista de espaços onde possam manifestar-se culturalmente, como as mencionadas Praça Kantuta e Rua Coimbra, mas também o Memorial da América Latina, representam um canal aberto de diálogo com a cidade através da mediação da cultura, como uma forma de desconstruir preconceitos que lhes são atribuídos pelo contexto local.

Nessa perspectiva, a conquista de novos espaços na metrópole para a manifestação de suas práticas culturais, revela que eles querem ser vistos e reconhecidos, em primeiro lugar, como cidadãos paulistanos, já que é o lugar onde vivem e trabalham, mas também enquanto andinos, quéchuas, aimarás, guaranis, ou simplesmente como bolivianos(as) (SILVA, 2012).

Assim, a herança da percepção europeia e colonial se faz sentir no cotidiano da cidade. A sociedade paulistana valoriza a presença do europeu, homem, branco, rico, italiano, espanhol, alemão na cidade. Discrimina aqueles/as que vêm de lugares considerados periféricos, de economia subdesenvolvida, países pobres com tradições culturais indígenas, como é o caso dos/as imigrantes bolivianos/as, mas também de peruanos/as, paraguaios/as, equatorianos/as.

Como veremos na próxima seção, a situação de estranhamento é agravada quando acrescida ao fato de estes grupos de latino-americanos/as não mais se localizarem em bairros centrais, pois, nos últimos anos, houve uma desconcentração devido aos altos aluguéis das regiões em que antes haviam se instalado, como o Brás, Pari e Bom Retiro. Outras cidades do estado de São Paulo também têm recebido um número crescente de imigrantes. Manifesto é o incômodo dos/as moradores/as de bairros mais afastados, como na Zona Norte onde aos domingos bolivianas/os realizam atividades comerciais e culturais no espaço público da Praça Kantuta, no Canindé. Os/as moradores/as culpabilizam

as/os imigrantes pelos problemas da cidade, do bairro e da vizinhança, demonstrando o profundo desconhecimento acerca do verdadeiro papel dessas pessoas na cidade e no país.

Para as mulheres migrantes o quadro é ainda mais perturbador. Enfrentam todos os desconfortos citados acima além de terem que lidar cotidianamente com o medo, com a desconhecida e violenta atmosfera urbana e com a opressão machista praticada por brasileiros/as, pelos/as próprios/as conterrâneos/as e por imigrantes de outras nacionalidades, num contexto em que muitas vezes, só podem contar com elas mesmas. Geralmente, quando sofrem algum tipo de agressão não revelam à polícia, talvez aos/às colegas das entidades de defesa de direitos humanos, que as orientam. Assim, aquelas que estão irregularmente no país, raramente recorrem à rede de proteção à mulher. Aliás, este tem sido um grande obstáculo para a melhoria de vida dessas pessoas. O medo de serem deportadas ou terem que pagar altas taxas para a regularização impede seu acesso a uma série de serviços.

Em relação aos serviços de saúde, por exemplo, em casos de enfermidades mais graves dirigem-se ao Sistema Único de Saúde (SUS), mas como a identificação na hora do atendimento é obrigatória, muitos/as evitam ir aos hospitais públicos: por serem estrangeiros/as acreditam não terem direitos ou que serão capturados/as como “ilegais”.

A busca por melhores condições de vida e trabalho entre os/as migrantes bolivianos/as é constante, e mesmo que nem todos/as estejam engajados/as em uma luta coletiva, a ação individual para modificar sua própria realidade é notável. Buscam, em sua maioria, realizar cursos no Brasil, se especializarem em algum outro ramo que não seja costura, e procurarem emprego em locais distintos, com possibilidade de ganharem, pelo menos, um salário mínimo. No entanto, mais obstáculos os/as freiam. Necessitam, para ingressarem em cursos de especialização e até em universidades, primeiramente, estudarem e dominarem o idioma português, caso contrário as chances de serem aprovados/as em um desses cursos são irrisórias. Além disso, aqueles/as que conseguem estudar sofrem grande preconceito. A recente conquista destes/as imigrantes na área de educação, que possibilitou que todas as crianças bolivianas tenham direito e acesso ao ensino público na cidade, possui outra face da moeda: o *bullying* e preconceito nas

escolas. Tais ofensivas estão intimamente ligadas às três percepções supracitadas da sociedade paulistana em relação aos/às migrantes bolivianos/as.

A segurança também tem sido um problema a mais para enfrentarem na cidade. Recentemente, foi realizado um acordo entre a prefeitura e o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, para facilitar a abertura de contas de imigrantes em situação temporária em São Paulo. Contudo, até então, guardavam o dinheiro em suas próprias casas, embaixo de colchões ou em gavetas, o que figura sua vulnerabilidade extrema a assaltos <sup>32</sup>.

Ao final das análises aqui apresentadas, é possível traçar um paralelo entre o perfil econômico de El Alto e a especificidade migratória de bolivianos/as em São Paulo. Os/As alteños/as estão baseados/as em uma economia informal, com clara especialização do ramo da costura, ramo também característico na cidade de São Paulo [...] as redes sociais que criam a partir dessa conexão – e que foram apontadas por outros/as autores/as no caso argentino (CAGGIANO, 2009) – podem fornecer um caminho de análise, levando-nos a constatar a ligação migratória entre El Alto e São Paulo. Porém, tais indagações não são conclusivas, necessitariam de um estudo mais aprofundado para que sejam feitas afirmações concretas.

Outro ponto que pôde ser extraído da exposição realizada é a ambivalência da experiência migratória. Se, por um lado, buscam deixar uma realidade opressora na Bolívia, deparam-se em São Paulo com outras faces e articulações da mesma opressão.

### 4.3

#### **A ocupação sócio-política e espacial das/os imigrantes bolivianas/os em São Paulo**

Foi realizado um mapeamento socioespacial dos locais em que vivem e trabalham os/as migrantes na cidade de São Paulo, e como sua localização na

---

<sup>32</sup> Esta situação foi palco do assassinato no menino Brayan, em junho de 2013, na região de São Mateus, zona leste de São Paulo. Cinco homens mascarados entraram na casa da família de Brayan, e armados com facas e revólveres durante a madrugada, levaram cerca de 3,5 mil reais. Brayan assustado, chorava muito, e um dos homens mascarados, irritado com a atenção que chamava com o choro, atirou na cabeça do garoto de 6 anos, que morreu no colo de sua mãe. Este episódio chamou atenção para um fenômeno que já estava ocorrendo há tempos na cidade: a insegurança e vulnerabilidade de estrangeiros na capital paulista.

cidade influencia em sua vida cotidiana. Baseado neste primeiro mapeamento, um segundo foi realizado, o qual demonstra como a localização socioterritorial destes/as imigrantes influencia nas relações de poder na cidade, na definição das linhas de força.

A maioria dos estudos neste tema relacionou os/as bolivianos/as aos bairros centrais de São Paulo, como Bom Retiro, Brás e Pari. Esta relação advém, basicamente, de três fatores: de fato, existem muitos/as bolivianos/as nessas áreas; os principais pontos de agregação comunitários também estão localizados nesses bairros; são bairros historicamente receptores de imigrantes nacionais e internacionais (XAVIER, 2012).

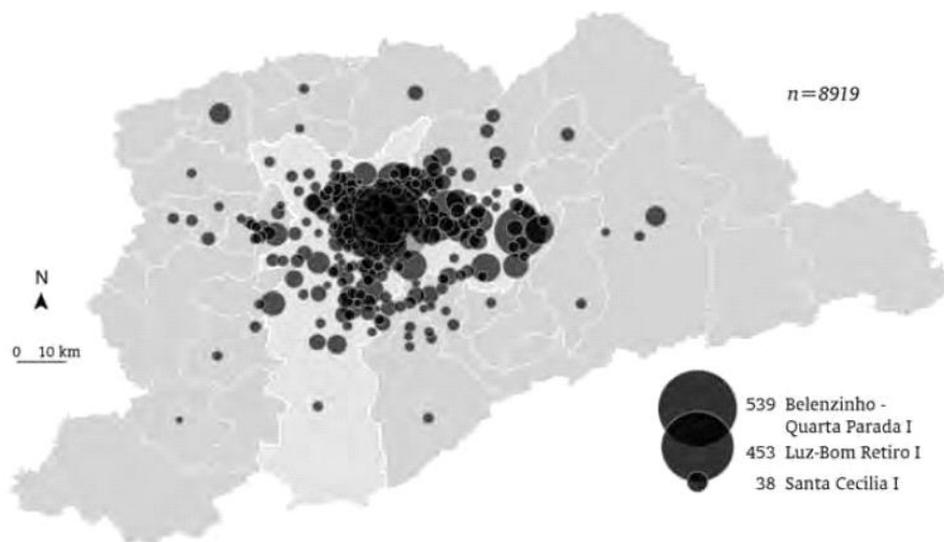
Conforme explicita Xavier (2012), de acordo com o Censo 2000 (IBGE, 2002), os/as bolivianos/as estão localizados tanto em bairros centrais quanto em bairros periféricos, desmistificando a sensação de centralidade ou de concentração integral dessas pessoas nos bairros supracitados.

Caminhando no sentido contrário desta prerrogativa, a pesquisa realizada mostrou que, de acordo o Censo de 2000 (IBGE: 2002), os bolivianos residem tanto nos bairros centrais do município de São Paulo (onde estão 27,2% deles) como em bairros bastante afastados deste centro – periféricos neste sentido, portanto –, tanto em direção aos distritos da zona norte (26,4% dos mesmos), quanto à zona leste (19,6%). Ainda que estejam mais concentrados no município sede, existe um não menos importante movimento de espalhamento dessa escolha residencial nas áreas de fronteira entre São Paulo e outros municípios do entorno metropolitano bem como no interior de alguns deles como é o caso do município de Guarulhos (na direção noroeste da RMSP), onde concentra-se uma importante parcela dos mesmos (Aguiar, 2009). Os dados também mostram que os bolivianos estão presentes em 82 dos 96 distritos da cidade de São Paulo e 23 municípios dos 39 que compõe a RMSP (XAVIER, 2012: 125).

A distribuição sobre a qual nos referimos pode ser melhor visualizada abaixo pela Figura 3. Verificou-se que o local de residência dos/as imigrantes bolivianos/as está diretamente relacionado ao tempo de residência: os/as recém-chegados/as dirigiram-se, em sua maioria, para a Zona Norte, e em menor número para a Leste.

**Figura 3 – Distribuição da população nascida na Bolívia, por local de residência no município de São Paulo (2000).**

Mapa 1. RMSP. Distribuição da população nascida na Bolívia, por local de residência (área de ponderação), 2000



Fonte: Souchaud, 2008

Fonte: XAVIER, I. R. A inserção socioterritorial de migrantes bolivianos em São Paulo. Uma leitura a partir da relação entre projetos migratórios, determinantes estruturais e os espaços da cidade. In: BAENINGER, Rosana. (org.) **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

A ocupação de bairros mais afastados passa, assim, a ser mais representativa a partir dos anos 1980. No entanto, cabe aqui nos questionarmos a respeito dos responsáveis por esse novo contorno sócio ocupacional na cidade. Evidentemente, os processos de formação urbana, de metropolização, de periferização e de transformação da indústria têxtil, impactaram diretamente em sua localização.

Os bairros centrais do Brás, Bom Retiro e Belém são historicamente industriais e operários. Sua formação sempre esteve muito relacionada, como já mencionado, à imigração internacional em massa e o setor da indústria têxtil que fincou suas bases produtivas nestes bairros, caracterizando a região como “distrito industrial especializado” no setor de confecção (BECATTINI, 1999 apud XAVIER, 2012: 13).

O centro reúne a base material necessária para a produção nas confecções, reúne também grande parte da mão de obra hoje empregada nesta atividade, também é onde estão localizadas as centenas de oficinas de costura.

Se a relação com o trabalho parece determinar a especificidade da localização central, ela também é aparentemente válida na inserção espacial nos outros lugares da cidade (sobretudo nas periferias) embora nestes ocorra de outra forma. Ou seja, as relações de trabalho, da maneira como estão organizadas entre os bolivianos, parecem ser determinantes dos diversos tipos de localização (XAVIER, 2012: 132).

Contudo, o que ocorre com aqueles/as que não residem nas áreas centrais da cidade? Verificou-se que estes/as continuam desempenhando atividades no ramo da costura. Porém, ou se deslocam para as oficinas no centro, ou buscam trabalho naquelas também localizadas em zonas periféricas da cidade. Nestas zonas, os aluguéis são mais baratos (por isso, também, que os/as imigrantes recém-chegados/as buscam moradia nesses locais).

A dinâmica, então, se dá na seguinte maneira: aqueles/as que vivem nos bairros periféricos trabalham menos, pois devem se deslocar para as oficinas. Em contraposição, devem arcar com suas despesas de moradia, alimentação, transporte e demais contas. Aqueles/as que moram na zona central, dedicam mais horas de seus dias ao trabalho, pois moram onde trabalham. Assim, economizam com o tempo em deslocar-se, com o dinheiro do aluguel e alimentação, estando esta economia como primeira prioridade, em detrimento de melhores condições de trabalho e moradia longe das casas-oficinas. O mesmo ocorre com as bolivianas e trabalhadoras domésticas. “Preferem viver na casa de seus patrões para economizarem com moradia, contas e alimentação. Em troca, triplicam sua jornada de trabalho. Seu objetivo, muitas vezes, é reunir dinheiro para enviar aos familiares na Bolívia” (XAVIER, 2012).

Residir nos bairros centrais não somente possibilita que os/as migrantes juntem uma maior quantidade de dinheiro, como o centro parece conjugar em um só espaço diversas funções (moradia, lazer, sociabilidade e trabalho). Representa um misto de acessibilidade (devido à proximidade a terminais de ônibus e metrô), de infraestrutura urbana e de precariedade (a valorização fundiária nessas áreas tornou os aluguéis mais caros para os/as patrões/patroas, o que resulta em uma ocupação precária e maior exploração dos/as imigrantes para conseguir cobrir os gastos da casa-oficina). Conforme expõe Xavier (2012), a rádio boliviana, por exemplo, a qual possui alcance circunscrito às áreas centrais da cidade, é a responsável por mantê-la informada e conectada a uma série de redes. “Esse exemplo deixa claro que para aqueles/as que têm menos recursos materiais e

sociais fazem maior uso da infraestrutura material e simbólica existente neste espaço” (XAVIER, 2012: 137).

A distribuição pelos bairros segue uma lógica, segundo Freire da Silva (2008: 54): a instalação de imigrantes na Zona Leste segue como extensão do Brás, e na Zona Norte, como extensão do Pari e Bom Retiro. Há, portanto, uma noção de “continuidade espacial”, principalmente nos bairros de Casa Verde, Vila Maria, Perus, Jaçanã, Tremembé e Vila Medeiros. O mesmo ocorre com o espalhamento por Guarulhos e Lajeado, na região metropolitana de São Paulo: encontram-se entre a Zona Norte e Zona Leste. Nesta última, vale ressaltar que os/as bolivianos/as são os/as únicos/as imigrantes internacionais a ocuparem um espaço que historicamente tem recebido migrantes nordestinos/as (ALMEIDA, D’ANDREA et al., 2008 apud XAVIER, 2012).

Já a Região Metropolitana de São Paulo, seguiu um padrão de crescimento periférico, ao redor da cidade de São Paulo, pois concentrou, por muito tempo atividades ligadas à indústria, sendo o operariado muito amplo nestas cidades “satélites”. Ou seja, surge como expansão de São Paulo para suprir as demandas de São Paulo. Os/as migrantes que ali residem, desempenham papel semelhante ao operariado: instalaram-se em locais que diminuem os custos da produção, devido aos baixos aluguéis e as mercadorias ali produzidas que são enviadas às lojas do centro da cidade para serem comercializadas.

Com a presente exposição, conclui-se que os/as imigrantes ocupam um papel marginal na cidade pelo fato de serem estrangeiros/as. Porém, não somente a categoria estrangeiro/a os/as coloca em posição de inferioridade, mas o conjunto estrangeiro/a, pobre, indígena, latino-americano/a, irregular. Basta realizarmos uma comparação com relação à acessibilidade em termos de serviços públicos entre imigrantes de origem espanhola, italiana ou japonesa e os de origem latino-americana e africana que veremos a desigualdade existente.

Assim, se enquanto imigrantes bolivianos/as, já possuem seus direitos cerceados, aqueles/as que residem fora do eixo Brás-Bom Retiro-Pari encontram-se em situação de maior vulnerabilidade: estão afastados/as da estrutura urbana do centro, ou de onde “a cidade acontece”. Nas áreas centrais, ainda que o trabalho nas casas-oficina seja árduo, os/as imigrantes estão em constante contato com a comunidade boliviana, com áreas de lazer, com mecanismos de informação.

Por fim, constatou-se que as/os moradoras/es dos bairros lidam mais intensamente com o preconceito, já que as populações da periferia não estão acostumadas com a população migrante tão próxima, dinâmica distinta do que ocorre nos bairros centrais, os quais tradicionalmente e historicamente vêm recebendo migrantes internacionais. “[...] Agora o foco se volta para os canais de diálogo com o contexto sociocultural paulistano, tendo em vista a conquista de novos espaços de sociabilidade e visibilidade na cidade e, sobretudo, o reconhecimento enquanto grupo étnico” (SILVA, 2012).

#### **4.4 Retrato da Política Migratória no Brasil**

As precárias condições de vida dos/as imigrantes bolivianos – mas também de imigrantes de muitas outras nacionalidades – em São Paulo, são reflexo, em grande parte da (ausente) política migratória brasileira. Ao longo da história do Brasil, o qual transitou entre as categorias de país de imigração no século XIX, de emigração no fim do século XX, de migração de retorno e de imigração novamente no século XXI, a única e ainda vigente legislação que vem regulamentando as migrações no Brasil, além de alguns dispositivos definidos na Constituição Federal de 1988 (para além de decretos, portarias ministeriais, convenções, resoluções e outras leis que a complementam) é a Lei nº 6815/1980, conhecida como Estatuto do Estrangeiro.

O referido estatuto é um instrumento legal construído pelo e em favor do aparato político-militar do período ditatorial brasileiro. Como sabido, neste período a regulação da política migratória era conduzida por uma forte ideologia de proteção dos interesses nacionais e de garantia da segurança nacional, a qual era responsável por zelar pelos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil. Nessa perspectiva, o/a estrangeiro/a era entendido/a como uma ameaça à ordem nacional e aos empregos dos/as brasileiros/as. Assim, o Estatuto não apenas legitima a condição “clandestina” como impõe uma série de obstáculos para a superação de condições de exclusão e dominação e para o usufruto de direitos já assegurados e ratificados por tratados internacionais de direitos humanos e pela Constituição Federal, demonstrando uma clara incompatibilidade

a estes instrumentos jurídicos. A exemplo disso, os artigos 2º, 3º, 7º e 65 do Estatuto do Estrangeiro expressam bem as afirmações supracitadas:

Art. 1º Em tempos de paz, qualquer estrangeiro poderá, satisfeitas as condições desta Lei, entrar e permanecer no Brasil e dele sair, resguardados os interesses nacionais.

Art. 2º Na aplicação desta Lei atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, sócio-econômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional.

Art. 3º A concessão do visto, a sua prorrogação ou transformação ficarão sempre condicionadas aos interesses nacionais.

Art. 7º Não se concederá visto ao estrangeiro:

[...]

II - considerado nocivo à ordem pública ou aos interesses nacionais;

[...]

Art. 65. É passível de expulsão o estrangeiro que, de qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais. (Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81)

Parágrafo único. É passível, também, de expulsão o estrangeiro que:

[...]

c) entregar-se à vadiagem ou à mendicância [...]

A anacrônica vigência deste aparato legal abre o debate para algumas questões importantes: até que ponto a regulação da entrada e saída de estrangeiros/as ainda é parte de uma rígida política de segurança nacional do Brasil? Qual tem sido a atual orientação da segurança nacional brasileira? Há uma intenção ou movimento em direção à transposição das fronteiras ideológicas e físicas do “dentro” e do “fora”?

A Constituição Federal brasileira dá indícios de priorização de ideais de igualdade, direitos humanos sem distinções, de cooperação entre os povos em detrimento dos ideais de proteção aos “interesses nacionais” ao se referir às suas relações internacionais:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;

- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]

No entanto, e na prática, os princípios de igualdade e prevalência de direitos humanos têm sido preservados como prevê a CF? Veremos que, apesar dos notáveis avanços recentes, a realidade ainda deverá percorrer um longo caminho para se tornar o espelho da lei de migrações que se enseja para o Brasil.

A se iniciar pela distribuição das competências institucionais aos órgãos de administração federal. A atual divisão de competências para a atuação em assuntos migratórios foi estabelecida a partir do Estatuto do Estrangeiro. O nível elevado de discricionariedade tem operado como um grande obstáculo para a padronização de ações, agilidade, transparência e desburocratização dos procedimentos.

O Estatuto regulamenta como órgãos responsáveis pela política migratória os seguintes: o Ministério das Relações Exteriores (MRE), pela concessão de vistos; o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), pela concessão de autorizações de trabalho e vistos de trabalho; e o Ministério da Justiça (MJ), o qual divide as funções entre dois órgãos a ele subordinados, o Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça (DEEST), o qual realiza trâmites relacionados à naturalização, nacionalidade e regime jurídico dos estrangeiros e a Polícia Federal (PF), a qual realiza o trâmite dos documentos relacionados com as residências temporal e permanente e a emissão de cédula de identidade de estrangeiro (CIE), entre outras funções.

Cada um destes órgãos ministeriais está subdividido em secretarias ou em conselhos (como é o caso do MTE em matéria migratória que conta com o Conselho Nacional de Imigração e a Coordenação Geral de Imigração), os quais, por sua vez, subdividem-se em departamentos, e até em órgãos colegiados, como é o caso do CONARE (Comitê Nacional para Refugiados). Isso significa que, na verdade, as competências de tais órgãos são bem mais amplas e numerosas, além

de serem compartilhadas com outros órgãos federais – como, e.g., a Presidência da República, o Exército Brasileiro, o Ministério da Educação, a Secretaria dos Direitos Humanos, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Câmara dos Deputados, a Senado Federal, o Conselho Nacional do Ministério Público, o Conselho Nacional de Justiça – de temática específica, os quais participam das ações e articulações interministeriais/interinstitucionais, dando suas contribuições singulares.

Como sabido, também há ausência de ingerência aos demais níveis públicos de poder, restando, em sua maior parte, os entes federais como os únicos responsáveis pela implementação de políticas em benefício da população migrante no país. Dada a sua extensão, abundância de fluxos e diversidade dos mesmos, indubitavelmente, o alcance social de tais políticas fica a mercê da “boa vontade” dos governos estaduais e municipais.

No Art. 18 da Constituição Federal, fica clara a autonomia da União, Estados, DF e municípios, assim como o Art. 14 que a união como responsável por legislar em matéria migratória no Brasil. Destaque-se que a repartição dos poderes não significa que não tenham competências específicas em sua jurisdição – os governos estaduais e municipais não possuem uma competência específica de imigração, no entanto, são responsáveis, também, pela garantia aos/às migrantes de acesso a direitos econômicos, sociais e culturais, como por exemplo, a saúde e educação – mesmo que a responsabilidade seja da união. Com isso, confirma-se a tese de que as migrações correspondem a uma “questão nacional” ou “de interesse nacional”. À medida em que as políticas em matéria migratória vão se “internalizando”, ou seja, paulatinamente vão sendo divididas as responsabilidades da união com os estados e os municípios, a tese das migrações enquanto questão de interesse nacional vai perdendo força. Assim, o fenômeno é institucionalmente incorporado ao âmbito doméstico dos Estados. Este processo caminha a passos lentos.

Por fim, vale ressaltar que um dos grandes problemas institucionais em relação às migrações no Brasil é a forma como se dá o contato com a ponta. A responsável pelo primeiro contato com as/os imigrantes quando atravessam as fronteiras brasileiras é a Polícia Federal, composta em sua maioria, por funcionárias/os terceirizadas/os e pouco capacitadas/os.

Verificou-se uma grande insegurança jurídica para as/os imigrantes, que continuam submetidas/os a uma avaliação pessoal dos agentes da PF: ou seja, ainda é uma *polícia* que, em primeiro lugar, se conecta com a/o estrangeira/o. O tratamento da polícia em relação “à/ao que vem de fora” é em um tom de ameaça, no Brasil e no mundo. Isso se agravou com os atentados de 11/09, acentuando a percepção das/os migrantes desde uma perspectiva de segurança nacional, em detrimento da proteção dos direitos humanos.

Está claro que a atuação dos agentes da PF na tramitação dos documentos dos imigrantes deveria estar vinculada ao previsto por lei, tendo em conta que nesta etapa não cabem avaliações sobre o interesse nacional, ou considerações de conveniência e oportunidade. Na ausência de diretrizes que regulamentem a atuação da polícia federal, esta continua atuando a partir de uma concepção de investigação, desconfiança e combate à criminalidade (ILLES, 2011).

Assim, além da necessidade de ações de cunho estrutural, que gerem maior transparência tanto nos processos quanto na divisão das atribuições, tornou-se evidente uma imperativa reforma institucional que crie um órgão civil encarregado do tema e que possa articular melhor as diversas competências relativas a ele, atualmente dispersas em três ministérios diferentes<sup>33</sup>.

Em relação à regularização documental, o Brasil e as/os imigrantes aqui residentes também são prejudicadas/os pela atual legislação. A situação de indocumentação das/dos imigrantes e a falta de informações sobre direitos trabalhistas abrem brechas para que as/os patroas/patrões abusem da inadimplência e para a formação de um ciclo de exploração de seu trabalho. O lucro sobre a mais valia é dilatado quando os descontos com impostos e pagamento de outros direitos trabalhistas são subtraídos ao lhes ser negada a assinatura em carteira. Sem carteira de trabalho a/o imigrante acaba por não se enquadrar na maioria dos programas de regularização migratória do país, com exceção apenas daqueles que envolvem reunião familiar.

A ausência de amparo legal por serem indocumentadas/os lhes priva, por último, terem direitos básicos assegurados pelo Estado como a educação, a saúde, o acesso ao mercado de trabalho, à assistência social. Estar em situação irregular é

---

<sup>33</sup> Há uma série de propostas conflitantes a respeito da natureza deste órgão. Os movimentos sociais, em sua maioria, defendem a criação de uma Secretaria de Política Migratória, com *status* de ministério e ligada à Presidência da República, como é o caso da Secretaria dos Direitos Humanos, por exemplo. Já o governo e algumas entidades da sociedade civil propõe a criação de uma Agência Nacional, uma autarquia subordinada ao Ministério da Justiça, como é o caso do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

encontrar-se cerceada/o de liberdades cotidianas, como de ir e vir, de utilizar o transporte público ou o sistema de saúde: a/o imigrante irregular passa dias de angústia por, eventualmente, ser abordada/o “*sin papeles*”. As possibilidades de regularização<sup>34</sup> são:

- Visto temporário ou permanente;
- Residência temporária por dois anos (por meio de acordo do Mercosul e associados);
- Filhos ou cônjuge brasileiro (para obtenção de visto de reunião familiar, residência permanente).

Também há a possibilidade de o/a migrante regularizar-se por meio da promoção de anistias. No Brasil, foram realizadas, ao todo, quatro anistias que provocaram regularizações massivas: 1981, Lei nº 6964/81; 1988, Lei nº 7685/88; 1998, Lei nº 9675 / 98 Decreto 2771 de 1998; 2009, Lei nº 11961/2009, Decreto 6893 de 2009. Segundo dados oficiais, na última anistia, foram recebidos 42 mil pedidos de permanência, dentre os quais cerca de 40,5% eram somente de bolivianos/as (17 mil pedidos).

Na realidade, um dos grandes problemas da grande atenção em torno da regularidade, é que a sua ausência acentua a precariedade e fragilidade da condição migratória. Aqueles/as que conseguem obter visto de trabalho, geralmente para realizar uma atividade bastante específica e por um tempo determinado, caso percam o trabalho, devem solicitar nova autorização de permanência regular no Brasil (ILLES, 134). Assim, estar desempregado/a significa, na maioria dos casos, estar em situação irregular.

Há também, consequências jurídicas devido à irregularidade migratória. Sabe-se que entrar ou permanecer de maneira irregular no Brasil, é um delito. Considera-se esta uma infração administrativa que tem como consequência jurídica a deportação<sup>35</sup>.

<sup>34</sup> O Art. 61. do Estatuto do Estrangeiro elucida que, enquanto não se efetua a deportação, o/a imigrante poderá ser remetido à prisão por ordem do ministério da justiça, por um prazo de 60 dias. Já o Art 5º da CF determina que a prisão somente em casos que se determine o flagrante ao cometer delito ou por ordem judicial. No entanto, na prática, há o recebimento de um auto de infração e de uma notificação dos/as imigrantes pela PF quanto à sua situação irregular, junto a uma ordem para deixar o país em 8 dias. Ou seja, a expulsão também se dá devido o/a imigrante entrar de maneira irregular.

<sup>35</sup> Ver art. 57 e art.64 do EE.

Ainda em referência ao Estatuto, o disposto no Art. 65 orienta como consequência jurídica de deportação: “atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à convivência e aos interesses nacionais”. Sua subjetividade abre a possibilidade de a mais ínfima ação (inclusive de movimentos sociais) seja configurada como uma infração.

Em 2009, foi apresentado no Congresso Nacional um projeto de lei que visava a substituição do vigente estatuto do estrangeiro. O PL 5655/2009, ainda em trâmite, não substituiria satisfatoriamente o EE, apenas o atualizaria. Em vários de seus dispositivos é possível identificar o enfoque na primazia do interesse nacional, apresentando, no balanço, poucos avanços e alguns retrocessos, como por exemplo, o aumento do tempo de residência para a solicitação de naturalização, que sobe de quatro para 10 anos.

No âmbito internacional, o Brasil carece de investimentos em criação de mecanismos jurídicos, regionais, bilaterais e multilaterais, para a proteção e garantia dos direitos humanos dos/as imigrantes. O Brasil não ratificou a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os trabalhadores migratórios e seus familiares de 1990. Tampouco ratificou as convenções da OIT de números 143, 151 e 181<sup>36</sup>. Considerando a importância de tais mecanismos, é muito grave que o Brasil ainda não os tenha incluído na legislação nacional.

Outro direito do/a imigrante, reconhecido internacionalmente, e que não está previsto na Política Migratória Brasileira é o direito político de votar e ser votado/a no país em que reside. Nesse sentido, o Brasil destoa em relação aos vizinhos sul-americanos que efetivamente reconhecem esses direitos políticos aos/às imigrantes, como é caso de: Argentina, Bolívia, Chile e Paraguai, países que permitem a participação política do/a imigrante residente; Chile e Uruguai permitem ao/à imigrante o exercício do voto pleno, ou seja, em todos os níveis de eleições, desde que, dentre outras exigências, sejam residentes há pelo menos 5 e 15 anos, respectivamente.

Vimos anteriormente que o acesso a direitos econômicos, sociais e culturais, no Brasil, também é precário. Imigrantes cumprem jornadas de trabalho análogas ao trabalho escravo, e quase não há uma ampla divulgação e conscientização

---

<sup>36</sup> Para mais informações ver: [www.ilo.org](http://www.ilo.org).

sobre os direitos laborais das/os imigrantes, bem como o aumento da fiscalização de irregularidades no cumprimento das leis conquistadas pelos/as trabalhadores/as. O direito à saúde, em tese, é assegurado pelo atendimento pelo Sistema Único de Saúde, mas na prática os/as imigrantes têm receio de serem identificados/as como irregulares nos hospitais e serem deportados/as. Além disso, não há uma sensibilização ou especialização de agentes públicos/as para o atendimento/tratamento ao/à imigrante, sendo este/a, muitas vezes discriminado/a. Em relação à educação, os/as imigrantes encontram uma série de obstáculos para ela ter acesso. Há um longo processo de burocrático para a validação de diplomas, não há políticas públicas de incentivo ao ingresso de imigrantes em universidades (que já é restringido para brasileiros/as – somente 11% dos jovens entre 18 a 24 anos têm acesso ao ensino universitário), as crianças nas escolas sofrem constantemente *bullying*. Parece que não há alternativas à costura ou ao trabalho doméstico, mesmo que queiram e possam especializar-se e dedicar-se a atividades não precarizadas. Tampouco há política pública voltada para o/a imigrante de acesso à moradia. Na verdade, uma importante reivindicação dos/as imigrantes é que, ao invés de criação de uma série de serviços específicos a esta população, que eles/as possam usufruir das políticas já existentes no país, e direcionadas para grupos em vulnerabilidade socioeconômica, como é o caso do Programa Minha Casa, Minha Vida; Bolsa Família etc.

A apresentação do panorama atual da política migratória brasileira, ainda que breve, serviu tanto para endossar as análises até aqui realizadas sobre a inserção do/a migrante boliviano/a em São Paulo, quanto para apresentar o contexto político com o qual os movimentos sociais de imigrantes estão em negociação e embate.